

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tebet, a divergente que vem para somar 3

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dólar recua 1,84%, na primeira queda no ano, a R\$ 5,35 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Retomada da indústria passa por reforma e modernização 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tebet defende política social sustentável e responsabilidade fiscal 12

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Produtos básicos e serviços públicos são apostas dos analistas para 2023 14

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projeções para o dólar no fim de 2023 vão de R\$ 4,75 a R\$ 6,30 17

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula quer reindustrialização, mas o momento e o plano são propícios? Especialistas respondem 20

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
ANFIP

Falta de correção faz quem recebe um salário mínimo e meio pagar IR 22

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo deve renegociar dívidas de consignado 24

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Contribuição do MEI muda com novo salário mínimo 25

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SEGURIDADE SOCIAL

Delírios no primeiro escalão (Editorial) 27

FOLHA ONLINE - SP - GOVERNO LULA
SEGURIDADE SOCIAL

Reajuste do salário mínimo deve custar mais que o dobro do previsto, e governo avalia alternativas 28

PORTAL R7 - NACIONAL - PORTAL CORREIO
SEGURIDADE SOCIAL

Saiba o que muda nos benefícios do INSS com o aumento do salário mínimo em 2023 31

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Ministro coloca servidor de carreira para dirigir o Carf	33
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
"Vai se informar primeiro", responde Haddad a jornalista sobre moeda única.....	35
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Prates diz que vai se desligar de empresas do setor de petróleo.....	36
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Cidades mineiras querem evitar perda de R\$ 375 mi.....	38
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Taxem os ricos! - ANDRÉ RONCAGLIA.....	41
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Poupança tem retirada recorde em 2022.....	42
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Pesquisa põe Brasil como líder em otimismo entre 36 países.....	43

Tebet, a divergente que vem para somar



ROSANA HESSEL RAFAELA GONÇALVES

Vestida de vermelho na concorrida cerimônia de posse no Ministério do Planejamento e Orçamento, realizada ontem no Palácio do Planalto, a senadora Simone Tebet (MDB-MS) deixou claro que quer colaborar com o governo Lula, mas sem abrir mão de suas convicções econômicas.

Em solenidade concorrida, Tebet contou à plateia que fez um discurso escrito por ela mesma, com algumas improvisações.

Tebet elogiou os ministros da equipe econômica, Fernando Haddad (Fazenda) e Esther Dweck (da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos), e deu vários recados para o mercado ao assumir o que ela chamou de uma das pastas "mais importantes" do governo. O tom adotado pela ministra agradou. A Bolsa subiu e o dólar caiu.

Tebet defendeu maior controle fiscal para que o governo cumpra as promessas de inclusão social. Comprometeu-se a não descuidar dos gastos públicos e a conciliar as prioridades de cada ministério com o recurso disponível. Frisou a manutenção da segurança jurídica, da sustentabilidade ambiental e do cumprimento de metas fiscais.

"Não há uma política social sustentável sem uma política fiscal responsável; seremos responsáveis com os gastos públicos.

Pensando no presente, garantir pão a quem tem fome, abrigo a quem não tem teto, hospitais e remédios aos enfermos e emprego e renda aos desempregados.

Pensando no futuro, escola de qualidade, esporte e cultura para as nossas crianças e jovens, agora, hoje, já", garantiu.

A ministra citou como principais desafios o combate à **inflação**, os juros altos, a miséria e a fome. "Não há problema maior em uma economia do que a **inflação**, porque ela atinge, principalmente, as camadas mais pobres. O trabalhador não emite moeda. Mesmo que empregado, vê seu poder de compra cada vez mais deteriorado pelo aumento de preços. A **inflação** também encarece investimentos, atrapalha a criação de empregos e cria uma ciranda negativa", afirmou.

Além de defender uma melhor qualidade na gestão dos gastos públicos, Tebet assegurou maior inclusão social no Orçamento. "O time da economia vai fazer a diferença e vai fazer com que este governo dê certo, fazendo as propostas certas para não faltar o Orçamento para as políticas públicas", garantiu.

A ministra engrossou o coro com Alckmin em favor da **reforma tributária**, que será coordenada pelo economista Bernard Appy, autor da proposta da reforma da Câmara, a PEC 45/2019, e secretário especial para o tema na Fazenda. "A **reforma tributária** não poderia estar em melhores mãos e já demorou tempo demais para ser efetivada", elogiou.

Durante o discurso, Tebet contou que ficou relutante em aceitar um cargo no governo, porque o apoio a Lula no segundo turno, segundo ela, "foi incondicional".

Disse que estava preparada para assumir qualquer compromisso na área social, mas admitiu que se surpreendeu quando foi convidada para chefiar o Ministério do Planejamento e Orçamento.

Tebet tem um pensamento econômico liberal, enquanto Haddad e Dweck são mais desenvolvimentistas.

Tebet relatou a conversa que teve com o presidente Lula. "Presidente, nesta pauta, nós temos divergências econômicas. Ele simplesmente me ignorou, como quem diz: "É isso que eu quero.

Porque eu sou um presidente democrata e um presidente democrata não quer apenas os iguais, ele quer os diferentes para se somar", porque é assim que se constrói uma nação soberana, igual, justa e para todos", contou Tebet, com aplausos da plateia.

A ministra reforçou que a política social é central para o país diante de um momento dramático, em que a "pobreza tem a cara de uma mulher negra". Com um discurso de inclusão, ela frisou que sua pasta tem o dever de servir a todos. "Os pobres estarão, prioritariamente, no Orçamento público", garantiu a senadora, adicionando as crianças, os jovens, os idosos, as mulheres, os negros, os povos originários, as pessoas com deficiência, a comunidade LGBTQIA+."Os trabalhadores estarão no Orçamento.

Passou da hora de dar visibilidade aos invisíveis. Tem de abarcar todas essas prioridades, sem deixar de ficar de olho na dívida pública", sustentou Tebet.

Competências

A integrante do governo Lula anunciou também que, entre as competências da pasta, estão a elaboração de subsídios para o planejamento e a formulação de políticas públicas de longo prazo destinadas ao desenvolvimento nacional. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) também devem ficar sob a alçada da pasta.

O ministério assumido por Tebet foi um dos principais temas de debate no período de transição de governo, diante do impasse do rombo fiscal e o aumento dos gastos públicos com os programas sociais previstos pelo governo. A pasta, antes Ministério do Planejamento, do Orçamento e Gestão, acabou sendo dividida em duas pela equipe de transição na formação dos 37 ministérios.

A fala equilibrada da nova ministra agradou os agentes financeiros e ajudou a evitar nova queda na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), que subiu 2,19%, ontem, fechando em 107.641 pontos. Enquanto isso, o dólar caiu 1,85%, e encerrou o dia cotado a R\$ 5,352, a menor taxa na semana.

"A leitura que se tem é que a Tebet é um contraponto, na minha opinião, ao Haddad. Os dois serão candidatos em 2026. Por enquanto, ela não pensa em acirrar ânimos. Vai tentar fazer uma gestão da melhor forma possível, trabalhar em complemento com Haddad", avaliou Julio Hegedus, economista-chefe da Mirae Asset. "Mas o quadro que se tem é esse. O Haddad é mais desenvolvimentista, ela é mais de mercado. A Tebet é um bom quadro do novo governo, mas temos que acompanhar como vai ser a relação dela com Haddad daqui para frente", afirmou.

Credibilidade

A economista Elena Landau, ex-diretora do Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), coordenadora do programa econômico da campanha de Tebet à Presidência, no ano passado, esteve no Palácio do Planalto. Ela acredita que a nova ministra deverá trabalhar em conjunto com a equipe da Fazenda na formulação da nova regra para o governo recuperar a credibilidade de que conseguirá equilibrar as contas públicas.

"A Fazenda vai ter responsabilidade fiscal, ninguém traz Gabriel Galípolo e Bernard Appy sem isso", disse a economista após a cerimônia, em referência ao secretário-executivo e ao secretário especial da **Reforma Tributária**, respectivamente. "Tebet está com a secretaria de Orçamento Federal (SOF). Vão ter que trabalhar juntos. E tem o Galípolo e o Appy, que são pessoas próximas da responsabilidade fiscal.

Vai ser trabalho em parceria", completou Landau.

Ela foi convidada mais de uma vez para integrar a equipe econômica de Lula, inclusive, ontem por Galípolo, com quem desceu a rampa de braços dados.

Mas até o momento recusou os convites.

O economista e consultor André Perfeito avaliou a fala de Tebet como "profundamente política".

"Não poderia ser diferente.

Afinal, ela é uma política experimentada, e, assim, se gabarita, caso seja bem sucedida a administração econômica, para a disputa em 2026", afirmou.

Ao comentar a conjunção de heterodoxos e ortodoxos na equipe econômica e com o vice-presidente à frente do Mdic, Perfeito classifica o novo governo como "heterogêneo". "Contudo, se for mantida a sanidade fiscal prometida, isso irá aos poucos ancorar as expectativas", afirmou. Segundo ele, chama a atenção a atuação de Bernard Appy na **reforma tributária**.

"Devemos ver em breve ações do governo nesse sentido, e alerta para o viés que busque a redução da regressividade com tributação", advertiu.

Além de Alckmin, Haddad e Dweck, presenciaram a posse de Tebet a ministra Marina Silva; o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa; o ex-presidente José Sarney (MDB); o senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) e o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas.

À tarde, após tomar posse oficialmente, Tebet se juntou a Haddad, e a Esther Dweck em uma reunião com o ministro Rui Costa, no Palácio do Planalto, em um sinal de uma retomada da Junta Orçamentária,

agora ampliada.

Ações conjuntas

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB), diz que vai conciliar as promessas de governo e os programas sociais com a responsabilidade fiscal e com os recursos disponíveis no Orçamento. Confira as prioridades da ministra.



PRINCIPAIS METAS

- Trabalhar, junto com os ministérios da Fazenda e da Gestão, para garantir segurança jurídica, segurança socioambiental e previsibilidade.
- Atrair mais investimentos, mais emprego e renda, mais crescimento econômico e social.
- Acompanhamento e avaliação dos gastos públicos a fim de evitar o desperdício com obras

paradas e de políticas públicas ineficientes. "Avaliação concomitante, não somente 'ex-post', quando já é tarde para recuperar o dinheiro público mal gasto", disse.

- Parceria com órgãos controladores como o Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU) para avaliar a qualidade dos gastos e das políticas públicas.



PRIORIDADES DO ORÇAMENTO

- Política social será central e os mais pobres terão prioridades no Orçamento;
- Fazer o plano de governo caber no Plano Plurianual — PPA, com a participação da sociedade civil;
- Apresentar um raio-x do Brasil, com a ajuda do IBGE e do Ipea, para dar a visão horizontal do país para que as demais pastas sejam mais precisas nas ações;
- Aprovar uma reforma tributária, para garantir menos tributos sobre o consumo, um sistema tributário menos regressivo, com simplificação e justiça tributária;
- Tirar do papel a formulação de um plano nacional de desenvolvimento regional;

- Buscar a igualdade salarial entre homens e mulheres que desempenham as mesmas funções;

- Combater a inflação, os juros altos, a miséria e a fome;

- Recuperar a confiança do setor produtivo e dos investidores, com um orçamento transparente e factível, dentro das metas estabelecidas, com políticas públicas eficazes, avaliadas, monitoradas e revistas permanentemente;

- Inspirar o setor privado brasileiro por uma política econômica moderna, de equilíbrio e de respeito ao dinheiro público e às demandas sociais.



O QUE FARÁ O MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO?

O ministério do Planejamento foi desmembrado em duas pastas: Ministério do Planejamento e Orçamento; e Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. A pasta chefiada por Simone Tebet terá como principais funções:

- Elaborar subsídios para o planejamento e a formular políticas públicas de longo prazo destinadas ao desenvolvimento nacional;
- Avaliar os impactos socioeconômicos das políticas e dos programas do governo federal e elaborar estudos especiais para a reformulação dessas políticas;
- Produzir estudos e pesquisas para acompanhamento da conjuntura socioeconômica e gestão dos sistemas cartográficos e estatísticos nacionais;
- Elaboração, acompanhamento e avaliação do plano plurianual (PPA) e dos orçamentos anuais;
- Viabilizar novas fontes de recursos para os planos de governo;
- Formular diretrizes, acompanhar e avaliar financiamentos externos de projetos públicos com organismos multilaterais e agências governamentais;
- O Ministério da Gestão e da Inovação em

Serviços Públicos cuidará da gestão de pessoas, do governo e da coordenação das estatais. Chefiada pela economista Esther Dweck, a pasta foi criada com a atribuição de estabelecer as diretrizes, normas e procedimentos voltados à gestão administrativa, à política de gestão de pessoas, liderança e desenvolvimento de competências transversais; à transformação digital, governança e compartilhamento de dados; à administração do patrimônio imobiliário da União, entre outras competências voltadas para uma maior eficiência, eficácia e efetividade do serviço público federal;

- Também fazem parte da estrutura do novo ministério o Arquivo Nacional e, como órgão colegiado, o Conselho Nacional de Arquivos, a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência (Dataprev), a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) e a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe).

Dólar recua 1,84%, na primeira queda no ano, a R\$ 5,35



Indefinição. O dólar pode recuar a cerca de R\$ 5,20 ou chegar a R\$ 5,50 se a percepção do mercado piorar, diz especialista

VITOR DA COSTA vttor.santos@oglobo.com.br

O dólar comercial registrou ontem sua primeira queda no ano em relação ao real, enquanto a Bolsa brasileira teve forte alta. Os ativos domésticos se descolaram do ambiente negativo visto no exterior.

O dólar caiu 1,84%, a R\$ 5,3518, depois de quatro altas consecutivas. Já o Ibovespa subiu 2,19%, aos 107.641 pontos. O principal índice da B3 foi impulsionado pelo avanço dos papéis da Petrobras, dos bancos e de ações ligados a commodities metálicas.

O movimento de alívio se refletiu nas curvas de juros futuros. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 passou de 13,795% para 13,70%, e a do DI para janeiro de 2025 recuou de 13,315% para 13,135%. Já a do DI para janeiro de 2027 foi de 13,32% para 13,075%.

Declarações apaziguado-ras de membros do novo governo vinham ajudando o mercado desde quarta-feira. Segundo o diretor da FB Capital, Fernando Bergallo, foi um ajuste depois de "uma reação exagerada nos primeiros pregões." Hoje as atenções estarão voltadas para a reunião ministerial prevista para hoje. A decisão do presidente Lula de agendar o encontro, depois de falas desencontradas de ministros ao longo da semana, também foi vista como um ponto positivo.

- O mercado busca um pouco mais de transparência e clareza nas novas diretrizes do governo. Temas como teto de gastos, volta de **impostos** e **reforma tributária** devem continuar sendo os grandes pontos de atenção -disse o analista de investimentos da CM

Capital, Alex Carvalho.

Para Bergallo, o pregão positivo não é suficiente para indicar uma mudança de tendência, já que há certo ceticismo dos investidores em relação ao novo governo: - O dólar pode degradingolar para R\$ 5,50 se a percepção do mercado piorar, mas ele pode se acomodar no preço base de R\$ 5,20 se a equipe econômica conseguir afastar essa insegurança inicial do mercado. **PETR OBRAS AVANÇA** Os papéis da Petrobras fecharam em alta, ainda reflexo das declarações do indicado do governo à presidência da empresa, Jean Paul Prates, descartar intervenção nos preços. As ações ordinárias (ON, com direito a voto) subiram 3,24%, e as preferenciais (PN, sem voto) avançaram 3,60%.

Vale ON subiu 0,77%. CSN ON teve alta de 2,39%, e Usiminas PN, de 3,67%.

Itaú PN e Bradesco PN avançaram 3,12% e 4,34%, respectivamente.

Em Nova York, os principais índices fecharam em queda, após dados mostrarem que o mercado de trabalho continua aquecido, o que pressiona a **inflação**. O Dow Jones recuou 1,02%, e o S P, 1,16%. A Bolsa Nasdaq cedeu 1,47%.

Retomada da indústria passa por reforma e modernização

CAROLINA NALIN carolina.nalin@infoglobo.com.br

Em seu discurso de posse na quarta-feira como ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o vice-presidente Geraldo Alckmin frisou a necessidade de reverter a "desindustrialização precoce" brasileira e expandir a participação do setor no Produto Interno Bruto (**PIB**). O desafio, porém, não é simples: a indústria opera em patamar semelhante ao de janeiro de 2009 e está quase 20% abaixo do ponto mais alto da série, alcançado em 2011. Todas as quatro categorias industriais-bens de capital, intermediários, duráveis, semi e não duráveis-registraram queda de janeiro a novembro de 2022, conforme divulgou o IBGE ontem.

Retomar o protagonismo da indústria brasileira em meio ao cenário de desaceleração global, mudanças climáticas e conflitos geopolíticos - como a guerra na Ucrânia e a escalada da tensão entre Estados Unidos e China - exige políticas bem desenhadas. A avaliação de especialistas, contudo, é que este momento desafiador abre oportunidades para o Brasil. Mas é preciso articulação com o setor privado, melhora do ambiente macroeconômico e avanço na **reforma tributária**, afirmam.

A desindustrialização citada por Alckmin não é trivial. Estudo do Ibre/FGV, assinado pelos economistas Claudio Considera e Juliana Trece, aponta que a indústria de transformação vem reduzindo sua participação no **PIB** ao longo dos anos de forma prematura. Isto é, enquanto em países desenvolvidos a indústria perde espaço para o setor de serviços paulatinamente, no Brasil essa reversão foi antecipada: a produtividade da indústria de transformação começou a cair antes de alcançar seu potencial máximo.

- Em compensação, aumentou-se a importação desses produtos, ficamos mais dependentes e com uma economia frágil. A indústria de transformação está encolhendo em todos os sentidos - avalia Juliana.

"NEARSHORING" Os números dão o tom da deterioração: o Brasil ocupa a 98ª posição em um ranking de desempenho da indústria de transformação com 113 países, elaborado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) a partir de informações da Organização das Nações Unidas para

o Desenvolvimento Industrial (Unido).

Para Uallace Moreira, economista e professor da Universidade Federal da Bahia (Ufba), o discurso de Alckmin foi positivo, visto que demonstrou atenção à conjuntura internacional ao elencar o Brasil como potência em energia renováveis, além de vincular a política industrial à política de inovação e projetar competitividade no mercado internacional: - O Brasil não representa ameaça nem à China nem aos Estados Unidos, e pode ocupar elos da cadeia de produção de semicondutores para atender à demanda tanto no mercado interno quanto no regional, já que o país é o principal player na América Latina. Outro setor com oportunidades é o de fertilizantes. Temos fábricas paradas, e tanto o agronegócio quanto a indústria manufatureira precisam desse setor. Tem ainda o complexo industrial da saúde e a indústria automotiva, com a produção de baterias elétricas e biodiesel, em que o Brasil pode fazer parcerias com outros países.

Moreira lembra que, no momento em que o mundo busca uma novogovernança, o Brasil pode se beneficiar ainda da tendência de nearshoring ou friendshoring, na medida em que países têm buscado encurtar suas cadeias produtivas ao estreitar relações comerciais com países aliados ou próximos geograficamente.

Na avaliação de Rafael Cagnin, economista do Iedi, é preciso que planos estratégicos de reindustrialização contemplem três grandes eixos: modernização, sustentabilidade e competitividade. Isso porque empresas de diferentes setores ainda empregam tecnologias atrasadas, e é preciso modernizar a estrutura produtiva.

Além disso, segundo Cagnin, deve ser pensado um padrão de crescimento que respeite o meio ambiente, considerando a circularidade da cadeia produtiva. No âmbito da competitividade, a redução do "custo Brasil", via **reforma tributária**, deve ser uma das prioridades para destravar investimentos: - É preciso desenhar (a reindustrialização) de forma estratégica e deve-se aproveitar as oportunidades. E isso envolve questões tecnológicas, climáticas e geopolíticas, como a da desorganização das cadeias que estamos vendo.

O desafio de reindustrialização, contudo, é complexo e exige objetivos de curto e longo prazos, na avaliação

de Juliana Trece. No curto prazo, é preciso haver melhora no ambiente macroeconômico, com responsabilidade fiscal, para atrair investidores. No médio e longo prazos, é preciso investir em educação para aprimorar a formação de mão de obra qualificada: -É uma questão econômica estrutural: a nossa produtividade não atrai e dificulta investimentos. E a questão fiscal acaba sendo importante, porque o gasto público está bem comprometido. Por isso, toda sinalização de equilíbrio fiscal é importante. Além disso, é preciso evitar crises políticas. Temos que ter um ambiente de negócios com menos incerteza. Como política de longo prazo, é preciso investir em educação. A indústria de transformação é intensiva em tecnologia.

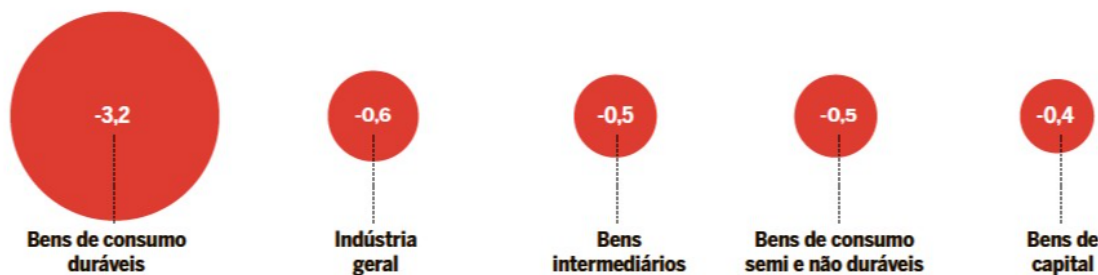
SUBSÍDIOS Otaviano Canuto, ex-vice-presidente do Banco Mundial e membro sênior do Policy Center For The New South, avalia que a desindustrialização brasileira, em alguma medida, é reflexo da ausência de um arcabouço favorável e ambiente adequado para negócios: - Nosso processo de industrialização não foi competente na criação de adaptações locais, de tecnologias, de inovação. E isso ocorre por causa das barreiras comerciais que existem por conta de privilégios tributários, entre outros fatores.

Na perspectiva de reindustrialização, ele alerta para que não sejam repetidos episódios em que subsídios via BNDES foram mal alocados: -Agente pode ter o desejo de assistir ao retorno da indústria, mas não é algo que se possa fazer simplesmente dando subsídio do BNDES.

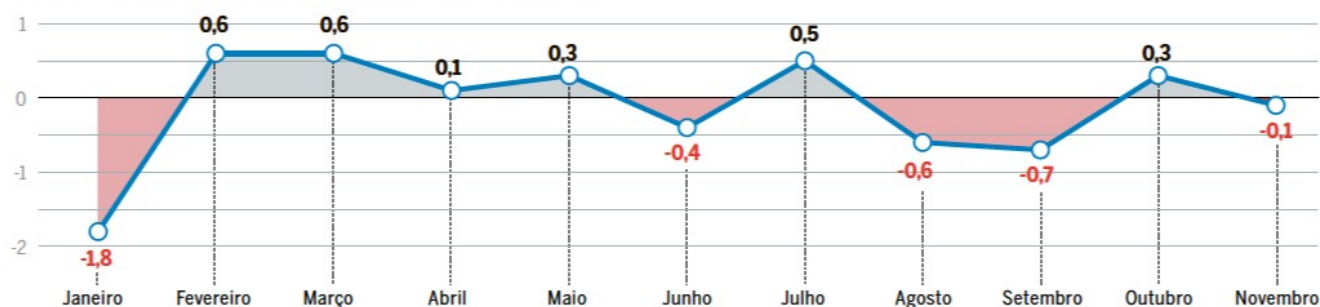
Em sua opinião, incentivos a setores ligados a energia verde, infraestrutura e que pertençam a cadeias de recursos naturais são boas apostas. Mas é preciso que a concessão de subsídio ou de proteção comercial preveja o desenvolvimento de capacidades tecnológicas que tornem o subsídio desnecessário no horizonte: - A escolha tem que ser muito boa, realista, factível e tem que se fazer as coisas de modo que o beneficiário se veja constrangido a investir na formação de capacidades locais que tornem o subsídio supérfluo em algum momento no tempo. Enquanto aquele setor estiver operando com base no subsídio ou na proteção comercial, tem oneração à sociedade.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM QUEDA

Varição, em %, do acumulado no ano (de janeiro a novembro de 2022), em relação ao mesmo período do ano anterior



Varição em %, frente ao mês imediatamente anterior



18,5% Abaixo do seu nível máximo, que foi em maio de 2011

2,2% Inferior ao nível pré-pandemia

janeiro de 2009 A indústria estava em patamar semelhante ao atual

98º É a posição que o Brasil ocupa no ranking de desempenho da indústria de transformação, com 113 países



“Temos que ter um ambiente de negócios com menos incerteza. Como política de longo prazo, é preciso investir em educação. A indústria de transformação é intensiva em tecnologia”

Juliana Trece,
economista do Ibre/FGV

Tebet defende política social sustentável e responsabilidade fiscal



Simone Tebet: análise periódica de gastos e compromisso com "política social sustentável" e "política fiscal responsável"

Estevão Taiar, Matheus Schuch, Guilherme Pimenta, Vandson Lima, Renan Truffi, Caetano Tonet e Lu Aiko Otta De Brasília

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou no seu primeiro discurso no cargo que formará "um quarteto a favor do Brasil" com os demais ministros da área econômica, mas admitiu que há "divergências" entre eles. Simone também reconheceu que o "cobertor" das contas públicas está "curto", prometeu a análise periódica de gastos do governo federal e afirmou que "não há uma política social sustentável sem uma política fiscal responsável".

"Se verá o nosso lado firme, austero, mas conciliador", afirmou em cerimônia no Palácio do Planalto realizada ontem. "Conciliaremos as necessidades e prioridades estabelecidas por cada ministério, dentro de suas respectivas atribuições, com os recursos disponíveis." A ministra desceu a rampa do Salão Nobre do Palácio do Planalto acompanhada justamente de dois dos titulares que farão parte do quarteto: o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ela classificou Haddad como "o mais importante [ministro] da Esplanada" e aquele que "tem a chave do cofre na mão". No palco, durante o discurso, também estava presente a ministra de Gestão e Inovação de Serviços Públicos, Esther Dweck.

Simone afirmou que ficou "surpresa" ao receber o convite do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ser ministra do Planejamento e Orçamento, justamente por causa da diferença de opiniões sobre a agenda econômica.

"Ministro Haddad, ministro Alckmin, ministra Esther, nós temos divergências econômicas", disse no discurso, dirigindo-se aos ministros e revelando que apresentou as preocupações ao presidente. "Ele [Lula] simplesmente me ignorou, como quem diz: é isso que eu quero." Segundo ela, o Ministério do Planejamento terá o papel de "colocar os brasileiros no Orçamento público", mas "sem descuidar, em nenhum momento, da responsabilidade fiscal".

"Os pobres estarão prioritariamente no Orçamento público. Mas não só eles. As crianças, os jovens, os idosos, estarão no Orçamento. As mulheres, os negros, os povos originários, estarão no Orçamento. As pessoas com deficiência, a comunidade LGBTQIA+ estarão no Orçamento. Os trabalhadores estarão no Orçamento", disse, fazendo eco ao discurso de posse realizado pelo ministro dos Direitos Humanos, Silvano Almeida, na terça-feira.

A ministra também prometeu um "planejamento a médio e longo prazo" para as contas públicas e chamou atenção para a importância do Plano Plurianual. "Saberemos o que queremos fazer no primeiro ano, no segundo ano, nos quatro anos", afirmou.

Outros pontos defendidos por ela foram: realização de uma **reforma tributária**, nos moldes da elaborada pelo secretário especial do Ministério da Fazenda para o tema, Bernard Appy; combate à **inflação** e aos "juros altos"; queda da dívida pública.

Simone ainda prometeu anunciar 80% da sua equipe na segunda-feira, revelando que pretende criar uma Secretaria de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas. Ela afirmou, inclusive, que planeja contar com integrantes do Tribunal de Contas da União (TCU) para a função, dada a experiência da corte na avaliação periódica dos gastos ("spending review").

Depois da cerimônia, o presidente do TCU, Bruno Dantas, afirmou a jornalistas que discutiria com os

demais ministros da corte a possibilidade de ceder técnicos para a pasta.

"Os auditores do TCU são quadros muito qualificados, então é absolutamente natural que todos os governos desejem ter quadros do tribunal servindo aos ministérios. Não é novidade", disse ele, que afirmou que a ministra "já mostrou mais de uma vez sua capacidade" e que "a pasta do Planejamento é central".

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que "planejamento não é apenas estudo e elaboração do Orçamento". Ele lembrou, por exemplo, que ambas as pastas trabalharão em parceria não apenas na Junta de Execução Orçamentária (JEO), mas nos conselhos do Programa de Parceria de Investimentos (PPI) e "de obras estratégicas".

Também presente ao evento, a economista Elena Landau, que elaborou o programa econômica da candidatura de Simone à Presidência da República, disse que a grande mensagem do discurso de posse foi que haverá um trabalho conjunto na gestão da economia.

"[Simone] afirmou sem nenhum constrangimento que ela e presidente Lula têm divergências na área econômica", disse Elena. "Daí a importância de Lula tê-la trazido para uma área que cria essa permanente discussão." De acordo com a economista, Simone deixou claro que caberá aos ministérios propor políticas públicas e ações, mas tudo isso passará por um filtro de responsabilidade fiscal. A economista também acompanhou Tebet na descida da rampa no início do evento, mas garantiu que não fará parte da equipe.

Já o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Daniel Couri, destacou positivamente a menção aos "spendingreviews", afirmando que esse é um instrumento amplamente usado no exterior. A IFI é um órgão de monitoramento da política fiscal ligado ao Senado.

"Seria importante avançar nessa agenda", disse.

Para a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a presença de Simone consolida a frente ampla dentro do governo. Ela acredita que a ministra do Planejamento e Orçamento terá "um papel fundamental" na formulação da política econômica, ao lado de Haddad. Marina e Simone se aproximaram durante o segundo turno da eleição presidencial, quando rodaram o país ao lado de Lula. A relação foi o motivo para Simone recusar a pasta do Meio Ambiente.

Segundo relato ouvido pelo Valor, o discurso da ministra do Planejamento teve "boa repercussão" entre economistas de instituições financeiras e gestoras de recursos presentes ao evento.

"Ela fez o contraponto com a Fazenda. Isso dá esperança ao mercado de que será uma voz mais racional no Planalto", afirma uma fonte.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187426>

Produtos básicos e serviços públicos são apostas dos analistas para 2023



Gabriela Joubert, analista-chefe do Inter, prevê uma correção nos preços do petróleo, ainda assim em patamar lucrativo para produtoras como Prio

Cristiana Euclides De São Paulo

A expectativa é de que 2023 seja um ano bom para os produtores de commodities e exportadores, com destaque para as empresas de petróleo, e para setores como serviços públicos e financeiro não bancário, em um cenário que já reflete as sinalizações do novo governo, segundo analistas de investimento consultados pelo Valor.

O setor de produtos básicos, conhecidos como commodities, se beneficia de um movimento de reabertura da China, e as chamadas "juniores" de petróleo têm mostrado crescimento forte de volumes, como Prio, 3R Petroleum e PetroReconcavo. A Petrobras, no entanto, está fora da maioria das carteiras devido às incertezas quanto aos rumos da empresa no governo petista.

Em serviços públicos, os analistas destacam as elétricas, consideradas mais previsíveis, e as empresas de saneamento. Já os segmentos de tecnologia, varejo e construção elevem ser prejudicados pelos impactos do cenário macroeconômico difícil, com juros em patamares elevados e taxa de **inflação** alta comprimindo a renda dos consumidores.

A analista-chefe do Banco Inter, Gabriela Joubert, tem uma visão otimista para este ano para o setor de commodities energéticas, que deve ver uma correção nos preços do petróleo, ainda assim em patamar lucrativo para as companhias, com Prio como a principal escolha para o setor. O cenário também é positivo para papel e celulose, com demanda interna em patamares elevados, afirma.

Para o chefe da área de análise e pesquisa do BTG Pactual para América Latina, Carlos Eduardo

Sequeira, faz sentido ter exposição em petróleo, com a reabertura da China, via nomes como Prio e 3R Petroleum. "Ainda não é possível ter clareza sobre como vai ser a política de preços e a alocação de capital da Petrobras", diz.

A estrategista de ações da XP, Jennie Li, também afirma gostar de commodities, em especial petróleo e gás, pela boa dinâmica de oferta e demanda. "De forma geral, 2023 parece que vai ser um ano de bastante risco para a bolsa brasileira. Estamos com cabeça mais defensiva em termos de posicionamento", diz. Para ela, Prio, 3R Petroleum e PetroReconcavo possuem riscos microeconômicos, de execução, mas podem ser destaques na B3 em 2023. Li ressalta ainda que este ano será positivo para empresas exportadoras, com receita dolarizada, citando nomes como JBS e Minerva.

O sócio-fundador da Nord Research, Bruce Barbosa, afirma que em commodities serão destaque as empresas com crescimento de produção forte, e que conseguem crescimento nos resultados independente dos preços do petróleo, como a Prio. Para ele, a companhia é o maior nome para 2023. Da mesma forma, Rodrigo Mello, gestor de renda variável da Tenax Capital, aposta nas juniores de petróleo, afirmando que elas beneficiam de melhora de produtividade de poços.

No setor de serviços públicos, Sequeira, do BTG, diz que as empresas do setor elétrico podem se destacar, na medida que são mais previsíveis, a demanda por serviços oscila menos, e a regulação dá garantias. Entre os nomes do segmento, ele ressalta a Eletrobras. Uma reversão da privatização, para ele, é improvável.

Li, da XP, afirma que Eletrobras é a principal escolha do setor, já que possui valor para ser destravado depois da privatização. Segundo ela, o segmento tem outros nomes que pagam bons dividendos e se protegem bem em cenário de taxa de **inflação** alta, com contratos atrelados à **inflação**.

Mello, da Tenax, destaca os serviços públicos de saneamento - mesmo com a possibilidade de alterações regulatórias. O setor, afirma, tem resiliência, previsão de receita e conta com empresas que foram excelentes alocadoras de capital.

O setor financeiro também é considerado defensivo pelos analistas, com os bancos conseguindo repassar custos dos juros diretamente, emprestando dinheiro mais caro. Mas os bancos estão mais expostos à inadimplência, que pode ser bem forte neste ano, diz Barbosa, da Nord.

O sócio-fundador da Apex Capital, Paulo Weickert, diz que o setor financeiro não bancário pode se destacar neste ano, como a BB Seguridade, segundo ele empresa que deve ver crescimento de lucro importante para 2023. Sequeira, do BTG, também citou o potencial da BB Seguridade, acrescentando que Itaú ainda é a principal escolha do setor.

Entre os desafios para as empresas este ano, Weickert diz que o principal é a taxa de juros alta, que pode ficar assim por bastante tempo, afetando em especial empresas alavancadas. Também devem ter um ano difícil companhias com custos dolarizados, bem como empresas que não são dominantes em seus mercados. "Os líderes vão passar melhor por esse momento." Barbosa também vê no juro alto o maior problema, na medida que as empresas têm dificuldade para crescer. Outro grande desafio será realizar investimentos, e empresas que planejam expansão, por exemplo, podem optar por esperar para ter mais visibilidade, diz Mello, da Tenax.

Sequeira afirma que discussões sobre a **reforma tributária** devem ficar no radar, já que podem impactar empresas que são grandes pagadoras de juros sobre capital, como é o caso da Ambev e dos segmentos de bancos e telecomunicações.

Segundo Joubert, as estatais federais devem sofrer este ano, refletindo as primeiras sinalizações do novo governo. "Passamos a ter visão de um governo menos preocupado com risco fiscal, o que gerou desconforto", com afirmações contundente e falas repetidas do governo reforçando essa mensagem, diz. Para ela, a Petrobras deve apresentar bons resultados operacionais este ano, mas há incertezas, em especial com relação a paridade de preços e o foco na extração do petróleo, e não em refinarias, pontos que o novo governo planeja reverter, tirando os alicerces da tese de investimento. Outra incógnita são as possíveis alterações na política de dividendos, diz.

Li, da XP, afirma que com a entrada de um novo governo, a principal fonte de risco doméstico neste ano é questão fiscal, que tem reflexo forte na curva de juros, o que tende a continuar penalizando empresas de crescimento, mais sensíveis a incertezas macroeconômicas, como o setor de tecnologia e varejo de comércio eletrônico.

"Havia a expectativa por uma agenda econômica e fiscal mais pragmática, e o mercado não viu isso com clareza. As sinalizações têm sido mais negativas, mas ainda é cedo para saber o que vai acontecer", afirma Li.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Produtos básicos e serviços públicos são apostas dos analistas para 2023

Tecnologia, varejo e construção podem ser prejudicados pelo cenário macro de juros e inflação mais altos

Projeções para o dólar no fim de 2023 vão de R\$ 4,75 a R\$ 6,30

Projeções* para o câmbio no fim de 2023

Instituições financeiras e consultorias

Instituição	US\$/R\$ em 2023	Instituição	US\$/R\$ em 2023	Instituição	US\$/R\$ em 2023
4intelligence	5,00	Deutsche Bank	5,00	Petrus	5,30
A.C. Pastore & Associados	5,30	EQI Asset	5,40	Pizzo	5,46
ABCC	5,25	Fator	5,40	Planner	5,40
ABC Brasil	5,28	Fibra	5,30	Porto Investimentos	5,40
Alphatree Capital	5,35	Galassias Capital	5,45	Principal Claritas	5,40
Apeex Capital	5,60	Genial Investimentos	5,40	Subbank	5,30
Amor Capital	5,40	Genoa Capital	5,30	Reach Capital	5,30
ARX Investimentos	5,30	Guide Investimentos	5,30	Reag Investimentos	5,50
ASA Investments	5,00	Ibre	5,60	Rio Bravo Investimentos	4,75
Alvia Investimentos	5,35	Inter	5,30	RPS Capital	5,30
Audis Rating	5,35	Itai Asset Management	5,40	Ryo Asset	5,30
AZ Quest	5,30	Itai Unibanco	5,50	Safra	5,50
Banco Alfa	5,40	J.P. Morgan	5,30	Santander Asset Management	5,30
Banco BV	5,40	JGP	5,50	Scotiabank	5,38
Banco do Brasil	5,00	Julius Baer Family Office	5,75	Sicredi	5,20
Banco Master	5,20	Kairós Capital	5,15	Siorefi Asset	5,40
Banco Original	5,25	LCA Consultores	5,10	SM Managed Futures	6,30
Bank of America	5,40	Macro Capital	5,35	Société Générale	5,82
Barrisul	5,29	MAC Investimentos	5,30	SOMMA Investimentos	5,25
Bardays	5,00	MB Associados	5,30	SulAmérica Investimentos	5,40
Barra Peixe Investimentos	4,95	MCM Consultores	5,10	Suno Research	5,20
BlueLine Asset	5,40	Medley Advisors	5,40	TD Securities	4,85
BNP Paribas	5,30	Mize Asset	5,20	Tendências Consultoria	5,25
BNP Paribas Asset Management	5,30	Mitsui	5,00	Terra Investimentos	5,25
Bradesco	5,25	Modal	5,20	The Economist Intelligence Unit (EIU)	5,22
Bradesco Asset Management (Bram)	5,50	Morgan Stanley	5,10	Toro Investimentos	5,30
Bradesco BBI	5,40	MUFG	5,50	Trafalgar Investimentos	5,25
BROG	5,60	Novo Investimentos	5,20	Trotter & Associados	4,80
BRP	5,00	Nova Futura Investimentos	5,40	UBS BB	5,40
BTG Pactual	5,30	Occam	5,50	Veolia Investimentos	5,25
Co. Bank	5,80	Orama Investimentos	5,25	Versa Asset	4,90
Capital Economics	5,25	Oxford Economics	5,34	Wealth High Governance (WHG)	5,20
CEI	5,27	Parthenon Macroeconomics	5,30	Wells Fargo	5,00
CM Capital Markets	5,05	Paraná Banco	5,30	Western Asset	5,40
Colgate	5,40	Paritas Investimentos	5,30	XP	5,30
Credit Suisse	5,40	Persivera	5,00	Mediana	5,30

Elaboração: Valor. *Projeções coletadas entre 12 e 23/10/2022



Paulo Val, da Occam: há um viés para desvalorização do real neste ano

Arthur Cagliari e Victor Rezende

A combinação entre um diferencial de juros ainda bastante relevante, preços de commodities que não devem enfrentar forte desvalorização e possibilidade de uma desaceleração da economia global dá apoio à hipótese de um comportamento lateral do câmbio neste ano, sem grandes alterações em relação aos níveis atuais. A percepção de risco fiscal, porém, deve ser um fator que irá acompanhar os movimentos do real ao longo do ano e que pode impulsionar ou reduzir a volatilidade da moeda brasileira, a depender

também da política monetária americana.

Em levantamento conduzido pelo Valor com 107 instituições financeiras e consultorias, a mediana das projeções para o nível do dólar no fim deste ano ficou em R\$ 5,30 - ontem, fechou cotado a R\$ 5,3518. Há, porém, uma amplitude relevante nas projeções, de R\$ 1,55. Enquanto a casa mais otimista com o desempenho do real em 2023 espera que o dólar encerre o ano a R\$ 4,75, a mais pessimista com a moeda brasileira acredita que a divisa americana fechará 2023 cotada a R\$ 6,30.

Embora as projeções possam indicar caminhos diferentes, há semelhanças nos tópicos de maior preocupação entre analistas ouvidos pelo Valor, que integram o "Top 5" de câmbio do terceiro trimestre de 2022 no relatório Focus, do Banco Central. "A pergunta sobre o destino do dólar depende, primeiro, de saber para onde vai a política fiscal aqui no Brasil e, depois, para onde vão os juros americanos", afirma o economista-chefe do Banco Alfa, Luís Otávio de Souza Leal.

As diferenças vêm das gradações sobre as expectativas para esses fatores, além das perspectivas para as contas externas brasileiras. Na ponta otimista, o economista Luca Mercadante, da Rio Bravo Investimentos, espera que o dólar encene o ano em R\$ 4,75, mas ressalta que a projeção se baseia em um cenário anterior aos ruídos políticos observados no fim do ano passado. "Esse seria um ambiente de continuidade da política que era feita, das expectativas que tínhamos em relação à política monetária no Brasil, com **inflação** e gastos controlados. Isso levaria a uma taxa de câmbio de equilíbrio que consideramos estar entre R\$ 4,25 e R\$ 4,75", diz.

Mercadante, contudo, revela que, após as eleições, o cenário se modificou e há, hoje, um grau de incerteza maior, com queda da credibilidade sobre uma gestão sustentável das contas públicas, o que pode fazer o câmbio operar mais desvalorizado. "Vamos ter de rever nossa projeção, mas, por enquanto, estamos esperando passar o período de incerteza, para ter definições claras dos caminhos", afirma. "Por enquanto, o ambiente que se desenha é de pressão do dólar para cima." O economista-chefe da Occam, Paulo Vai, defende uma visão semelhante, que indica

pressão mais forte sobre o câmbio doméstico, ao projetar o dólar a R\$ 5,50 no fim de 2023. "E há um viés de um câmbio mais depreciado que isso", afirma. "Neste ano, temos uma série de questões que precisam ser resolvidas, como um novo arcabouço fiscal, a política de estímulos dos bancos públicos... Essas discussões têm potencial de afetar os prêmios de risco do país e, conseqüentemente, isso pode se refletir no câmbio. Nossa sensação é a de que, nesses momentos, o câmbio pode depreciar mais."

Ao avaliar o desempenho dos ativos nos últimos pregões do ano, quando houve queda firme do dólar ante o real e um alívio relevante na curva de juros, Vai diz acreditar que o mercado revelou um grau de otimismo em relação aos desafios fiscais que se desenham para o Brasil neste ano. "E esse debate, ao longo de 2023, do novo arcabouço fiscal, exerce pressão na direção de depreciação do câmbio. É claro que o diferencial de juros tem um papel importante, mas, dada a importância dos acontecimentos locais que veremos, há um viés para desvalorização do real."

A mediana das projeções para o patamar da moeda americana no fim deste ano ficou em R\$ 5,30.

De acordo com Vai, a projeção da Occam de R\$ 5,50 por dólar no fim do ano no câmbio embute uma piora do fundamento fiscal brasileiro, que "mais do que compensa" a entrada de fluxo devido a uma possível melhora da percepção brasileira em relação à pauta ambiental, que tem sido olhada de perto por investidores estrangeiros. Além disso, o economista nota piora na conta corrente brasileira, embora ressalte que, nos níveis atuais, as contas externas não configuram um grande problema. Segundo dados do Banco Central revelados no fim do ano passado, as transações correntes anotaram déficit de US\$ 52,357 bilhões no acumulado em 12 meses até novembro, o equivalente a 2,78% do **PIB**.

Leal, do Banco Alfa, avalia que, além das questões fiscais, o câmbio pode ser influenciado pelas políticas para-fiscais, como mencionado na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. "Se o BNDES avançar na ideia de mudar a Taxa de Longo Prazo (TLP), isso pode alterar a visão do BC e talvez altere a percepção do mercado", afirma. "O mais importante no início deste governo é ver o que vai ser feito com a TLP, porque alterações podem aumentar a taxa de juro neutra, e isso levar o BC a elevar a Selic novamente", completa.

Apesar desse alerta, Leal projeta uma valorização do câmbio nos três primeiros meses deste ano. "O início do novo governo Lula só precisa ser melhor que o período de transição que vimos", afirma. "Desde julho, pudemos ver a entrada de capitais no Brasil, e isso

tende a continuar." Ele acrescenta que as incertezas na China, com as restrições para conter a covid; a mudança de postura do governo chinês com empresas privadas; e a fragilidade do setor imobiliário no país vêm estimulando uma realocação de investimentos de fundos destinados a países emergentes, e o Brasil se beneficia disso. "É o mesmo movimento que pudemos perceber sobre a Rússia, com a saída de capitais de lá desde o início da guerra", diz. "Os ativos aqui estão baratos para os estrangeiros. A despeito do que ocorrer lá fora, se o governo Lula não tiver um início ruim em termos fiscais, acho que pode entrar um belo capital aqui no começo do ano, derrubando a cotação." De fato, os dados do Banco Central sobre o câmbio contratado mostram que, no primeiro semestre de 2022, o fluxo cambial registrou uma entrada líquida de US\$ 19,135 bilhões, em um movimento liderado pela conta comercial, que mais que compensou a saída líquida de recursos observada na conta financeira. Diante da expectativa de resiliência do fluxo comercial no início deste ano com a possibilidade de safra recorde, e com o posicionamento técnico do mercado negativo para o real, o primeiro trimestre pode, novamente, ser palco de uma valorização da moeda brasileira. Vale lembrar que o dólar atingiu a mínima de 2022 em abril, quando foi a R\$ 4,60, para encerrar o ano a R\$ 5,217.

Para Maurício Une, economista-chefe do Rabobank Brasil, o dólar deve perder fôlego contra o real neste início do ano, mas de forma moderada. "Apesar das incertezas do novo governo, do novo Congresso e do 'mix' de políticas econômicas que vão ser adotadas, pensamos que é possível ver o câmbio voltando a se apreciar em relação aos patamares que estávamos vendo logo após a eleição", afirma Une. "Não é uma apreciação muito forte, já que ainda temos fatores que fazem com que tenhamos certa fragilidade nessa apreciação, mas o câmbio pode atingir R\$ 5,10 no primeiro semestre." Para melhorar a posição do real ante o dólar, não basta só adotar uma política fiscal mais responsável, na visão de Une. O economista aponta outros fatores. "Um tema mencionado logo após o anúncio do [Fernando] Haddad no Ministério da Fazenda foi a possibilidade de uma **reforma tributária**. Esse não é um tópico fiscal, mas que ajuda na facilidade de fazer negócios no país e que pode ajudar no ambiente de investimentos e no crescimento do **PIB**", afirma.

Na avaliação de Une, se não houver nenhuma surpresa no meio do caminho, o BC deve manter a Selic a 13,75% até a metade do ano e, então, começar a reduzir seu aperto, com a taxa básica alcançando 11% em dezembro. "Com o Federal Reserve mantendo os juros altos e nós começando a reduzir os nossos, voltaríamos a ter um dólar a R\$ 5,30 justamente por conta do diferencial de juros." O

movimento do Fed é, por sinal, um ponto de atenção para os analistas. Na avaliação deles, hoje o câmbio já precifica os Fed funds com taxa final no intervalo entre 5% e 5,25%. Mais do que isso, o real deve sofrer algum efeito do fortalecimento do dólar no exterior. "Só que já vimos alguns episódios em que, mesmo com o dólar forte lá fora, tivemos valorização do real", diz Leal, do Banco Alfa. "Em um mundo em que temos juros altos no Brasil, uma alta de 0,25 ponto percentual nos EUA não vai fazer diferença."

Site: <https://valor.globo.com/wall-verify/?next=https://valor.globo.com/impresso>

Lula quer reindustrialização, mas o momento e o plano são propícios? Especialistas respondem

Por Carolina Nalin - Rio

Em seu discurso de posse na quarta-feira como ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, o vice-presidente Geraldo Alckmin frisou a necessidade de reverter a "desindustrialização precoce" brasileira e expandir a participação do setor no Produto Interno Bruto (**PIB**). O desafio, porém, não é simples: a indústria opera em patamar semelhante ao de janeiro de 2009 e está quase 20% abaixo do ponto mais alto da série, alcançado em 2011.

Todas as quatro categorias industriais - bens de capital, intermediários, duráveis, semi e não duráveis - registraram queda de janeiro a novembro de 2022, conforme divulgou o IBGE ontem.

Retomar o protagonismo da indústria brasileira em meio ao cenário de desaceleração global, mudanças climáticas e conflitos geopolíticos - como a guerra na Ucrânia e a escalada da tensão entre Estados Unidos e China - exige políticas bem desenhadas. A avaliação de especialistas, contudo, é que este momento desafiador abre oportunidades para o Brasil.

Mas é preciso articulação com o setor privado, melhora do ambiente macroeconômico e avanço na **reforma tributária**, afirmam.

A desindustrialização citada por Alckmin não é trivial. Estudo do Ibre/FGV, assinado pelos economistas Claudio Considera e Juliana Trece, aponta que a indústria de transformação vem reduzindo sua participação no **PIB** ao longo dos anos de forma prematura.

Isto é, enquanto em países desenvolvidos a indústria perde espaço para o setor de serviços paulatinamente, no Brasil essa reversão foi antecipada: a produtividade da indústria de transformação começou a cair antes de alcançar seu potencial máximo.

- Em compensação, aumentou-se a importação desses produtos, ficamos mais dependentes e com uma economia frágil. A indústria de transformação está encolhendo em todos os sentidos - avalia Juliana.

Os números dão o tom da deterioração: o Brasil ocupa a 98ª posição em um ranking de desempenho da indústria de transformação com 113 países, elaborado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) a partir de informações da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido).

Para Uallace Moreira, economista e professor da Universidade Federal da Bahia (Ufba), o discurso de Alckmin foi positivo, visto que demonstrou atenção à conjuntura internacional ao elencar o Brasil como potência em energia renováveis, além de vincular a política industrial à política de inovação e projetar competitividade no mercado internacional:

- O Brasil não representa ameaça nem à China nem aos Estados Unidos, e pode ocupar elos da cadeia de produção de semicondutores para atender à demanda tanto no mercado interno quanto no regional, já que o país é o principal player na América Latina. Outro setor com oportunidades é o de fertilizantes. Temos fábricas paradas, e tanto o agronegócio quanto a indústria manufatureira precisam desse setor. Tem ainda o complexo industrial da saúde e a indústria automotiva, com a produção de baterias elétricas e biodiesel, em que o Brasil pode fazer parcerias com outros países.

Moreira lembra que, no momento em que o mundo busca uma nova governança, o Brasil pode se beneficiar ainda da tendência de nearshoring ou friendshoring, na medida em que países têm buscado encurtar suas cadeias produtivas ao estreitar relações comerciais com países aliados ou próximos geograficamente.

Na avaliação de Rafael Cagnin, economista do Iedi, é preciso que planos estratégicos de reindustrialização contemplem três grandes eixos: modernização, sustentabilidade e competitividade. Isso porque empresas de diferentes setores ainda empregam tecnologias atrasadas, e é preciso modernizar a estrutura produtiva.

Além disso, segundo Cagnin, deve ser pensado um padrão de crescimento que respeite o meio ambiente, considerando a circularidade da cadeia produtiva. No

âmbito da competitividade, a redução do "custo Brasil", via **reforma tributária**, deve ser uma das prioridades para destravar investimentos:

- É preciso desenhar (a reindustrialização) de forma estratégica e deve-se aproveitar as oportunidades. E isso envolve questões tecnológicas, climáticas e geopolíticas, como a da desorganização das cadeias que estamos vendo.

O desafio de reindustrialização, contudo, é complexo e exige objetivos de curto e longo prazos, na avaliação de Juliana Trece. No curto prazo, é preciso haver melhora no ambiente macroeconômico, com responsabilidade fiscal, para atrair investidores. No médio e longo prazos, é preciso investir em educação para aprimorar a formação de mão de obra qualificada:

- É uma questão econômica estrutural: a nossa produtividade não atrai e dificulta investimentos. E a questão fiscal acaba sendo importante, porque o gasto público está bem comprometido. Por isso, toda sinalização de equilíbrio fiscal é importante. Além disso, é preciso evitar crises políticas. Temos que ter um ambiente de negócios com menos incerteza. Como política de longo prazo, é preciso investir em educação. A indústria de transformação é intensiva em tecnologia.

Otaviano Canuto, ex-vice-presidente do Banco Mundial e membro sênior do Policy Center For The New South, avalia que a desindustrialização brasileira, em alguma medida, é reflexo da ausência de um arcabouço favorável e ambiente adequado para negócios:

- Nosso processo de industrialização não foi competente na criação de adaptações locais, de tecnologias, de inovação. E isso ocorre por causa das barreiras comerciais que existem por conta de privilégios tributários, entre outros fatores.

Na perspectiva de reindustrialização, ele alerta para que não sejam repetidos episódios em que subsídios via BNDES foram mal alocados:

- A gente pode ter o desejo de assistir ao retorno da indústria, mas não é algo que se possa fazer simplesmente dando subsídio do BNDES.

Em sua opinião, incentivos a setores ligados a energia verde, infraestrutura e que pertençam a cadeias de recursos naturais são boas apostas. Mas é preciso que a concessão de subsídio ou de proteção comercial preveja o desenvolvimento de capacidades tecnológicas que tornem o subsídio desnecessário no horizonte:

- A escolha tem que ser muito boa, realista, factível e tem que se fazer as coisas de modo que o beneficiário se veja constrangido a investir na formação de capacidades locais que tornem o subsídio supérfluo em algum momento no tempo. Enquanto aquele setor estiver operando com base no subsídio ou na proteção comercial, tem oneração à sociedade.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/01/lula-quer-reindustrializacao-mas-o-momento-e-o-plano-sao-propicios-especialistas-respndem.ghtml>

Falta de correção faz quem recebe um salário mínimo e meio pagar IR

Economia

/
Do R7

Com a falta de correção da tabela do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física), o trabalhador que recebe um salário mínimo e meio passa a pagar imposto em 2023.

Como o salário mínimo aumentou de R\$ 1.212 para R\$ 1.320, a partir de 1º de janeiro, quem ganha 1,5 salário por mês atinge o valor de R\$ 1.980, deixando de ser isento.

Desde 2015, quando o salário mínimo era de R\$ 788, o limite da faixa de isenção da tabela é de R\$ 1.903. Naquela época, pagava imposto quem ganhava acima de 2,4 mínimos, hoje, R\$ 3.168.

Para Márcio Lério, membro do CRCSP (Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo), a maior parte dos trabalhadores está sendo prejudicada pela falta de correção da tabela do Imposto de Renda.

"Se tivesse ocorrido reajuste, hoje, as pessoas que ganham aproximadamente até R\$ 3.940 teriam que ser isentas de imposto, isso considerando o IGP-M/FGV desse período em que não houve a correção", afirma Lério, que também é diretor do escritório Lério E Silva Contabilidade.

Um estudo do Sindifisco Nacional divulgado no ano passado mostrou que, de 1996 até junho de 2022, a tabela do Imposto de Renda acumulou uma defasagem de 147,37%.

Caso a tabela fosse reajustada pela **inflação**, a faixa de isenção, que hoje é de R\$ 1.903,98, subiria para R\$ 4.670,23. Isso beneficiaria cerca de 12 milhões de pessoas, que deixariam de pagar o imposto, totalizando 24 milhões de isentos.

Não há reajuste da tabela progressiva desde 2015 e, de 2018 para cá, a defasagem é de 26,5%, de acordo com os dados do Sindifisco.

"Com essa defasagem, muitas pessoas passam a ter

um rendimento líquido menor e os prejudicados são aqueles trabalhadores com renda mais baixa de até cinco salários mínimos. Pessoas que têm renda maior acabam pagando menos imposto, porque muitas não têm rendimentos tributáveis, recebem rendimentos isentos, como dividendos, e acabam não pagando imposto de renda tanto quanto as pessoas que são assalariadas. Por isso, essa falta de correção causa um impacto social muito grande", avalia o conselheiro do CRCSP.

No entanto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já sinalizou nesta semana que a correção da faixa de isenção da tabela do IRPF só entrará em vigor no ano que vem.

Durante a campanha eleitoral, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu ampliar a faixa de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil por mês. Mas essa correção geraria uma perda de receita para União, estados e municípios

"Essa foi a promessa, mas é claro envolve uma grande discussão no Congresso. Está no plano desse governo, assim como estava no governo anterior. Mas a perspectiva é que dentro desses próximos quatro anos ocorra uma correção. A questão da **reforma tributária** está sendo amplamente discutida no Congresso, houve algum avanço em alguns pontos. Acredito que num médio prazo deva ocorrer essa correção", analisa Lério.

Existem projetos de lei em discussão no Congresso Nacional que propõem faixa de isenção de R\$ 2.500 a R\$ 3.300, valores ainda insuficientes para corrigir a defasagem desde 2015. Parte das propostas institui fórmulas para correção anual. É o caso do PL 1.198/2022, do senador Rogério Carvalho (PT-SE).

O texto prevê isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 3,3 mil a partir de 2023. Além disso, determina a correção anual da tabela a partir de 2024, de acordo com a **inflação**. O indexador usado seria o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado e divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), relativo ao ano anterior.

Já o PL 2.337/2021, do Poder Executivo, que altera várias regras do IR, foi aprovado na Câmara mas

ainda não foi analisado Senado. A proposta era parte da **reforma tributária**. Uma das mudanças era a faixa de isenção IR, que passaria de R\$ 1.903,98 para R\$ 2,5 mil mensais. Segundo levantamento da Inafisco (**Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil), cerca de 13,5 milhões de contribuintes já deixariam pagar o imposto em 2023 se essa mudança fosse aprovada, que considera a **inflação** de 2018 a 2021.

*Com Agência Senado

Notícias Relacionadas:

BAHIA NA POLÍTICA

Falta de correção faz quem recebe um salário mínimo e meio pagar IR

A GAZETA NEWS - MS

Falta de correção faz quem recebe um salário mínimo e meio pagar IR

ORLA NOTÍCIAS ONLINE - PALMAS - TO

Falta de correção faz quem recebe um salário mínimo e meio pagar IR

D24AM

Falta de correção faz quem recebe um salário mínimo e meio pagar IR

NOTÍCIA EXATA - ALTA FLORESTA - MT

Falta de correção faz quem recebe um salário mínimo e meio pagar IR

SIM NOTÍCIAS - ES

Falta de correção faz quem recebe um salário mínimo e meio pagar IR

Site: <http://noticias.r7.com/economia/falta-de-correcao-faz-quem-recebe-um-salario-minimo-e-meio-pagar-ir-06012023>

Governo deve renegociar dividas de consignado



CAROLINA ANTUNES/PR

“É grave o problema dos endividados do Auxílio Brasil, o chamado consignado. O programa foi usado, no período da eleição, com objetivos claramente eleitorais

■ Wellington Dias, ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

Victor Correia

O ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias, anunciou ontem que o governo federal deve incluir os endividados com o empréstimo consignado do Auxílio Brasil no projeto Desenrola Brasil, voltado a renegociar dívidas e diminuir a inadimplência no país. A pasta estima que 3,5 milhões de pessoas tenham contraído R\$ 9,5 bilhões em dívidas após a Lei 14.431 de 2022, que aumentou a margem de consignação para beneficiários do **INSS** de 40% para 45%, além de permitir o crédito consignado também para beneficiários do Auxílio Brasil. A taxa de juros para o empréstimo é de 51% ao ano, e a medida foi sancionada durante o período eleitoral, no ano passado, pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

Na prática, os beneficiários do programa podem comprometer até 40% do valor mensal, atualmente de R\$ 600, por um prazo de até 24 meses. O Auxílio Brasil, que será rebatizado de Bolsa-Família pela nova gestão, é direcionado a pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza, que se endividaram após a medida. "É grave o problema dos endividados do Auxílio Brasil ou do Bolsa-Família, o chamado consignado. Primeiro, já do ponto de vista da própria legalidade. O programa foi usado, no período da eleição, com objetivos claramente eleitorais. O presidente Lula já demonstrou sensibilidade com o

tema desde a campanha", declarou Dias, em **comunicado** divulgado ontem pela pasta.

Para ele, a solução da inadimplência desses beneficiários também permite a inclusão das famílias na economia brasileira. "Essas pessoas precisam de um auxílio não só para regularizar a vida, mas são importantes também como fator econômico. É essencial trazer essas pessoas de volta para a economia", afirmou o ministro. O Desenrola Brasil está em estudo pelo governo federal, e pode atender a cerca de 80 milhões de brasileiros que estão em situação de inadimplência. "Tão logo o projeto esteja pronto, certamente o presidente Lula vai lançar para o Brasil. E essa área relacionada ao Bolsa-Família será tratada entre outros endividados do Brasil inteiro, das mais diferentes áreas", declarou Wellington Dias.

A inclusão do consignado no Auxílio Brasil também está sendo discutida com a Caixa Econômica Federal, já que o banco público ofereceu o serviço. Banco do Brasil e grandes bancos privados não ofereceram o crédito. Ainda não está claro se o valor necessário para renegociar as dívidas virá da Caixa ou da União.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/06/01/2023/p1>

Contribuição do MEI muda com novo salário mínimo

DIVULGACAO/AGENCIA BRASIL



Ana Paula Brandão

O trabalhador autônomo cadastrado como microempreendedor individual (MEI) precisa ficar atento aos novos valores de contribuição que entrarão em vigor com o salário mínimo de 2023. O cálculo do valor do tributo corresponde a 5% do salário mínimo, com acréscimo de R\$ 1 de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para comércio e indústria, de R\$ 5 de Imposto sobre Serviços (ISS), para prestadores de serviços, ou de ambos.

A mudança não vale para as contribuições pagas em janeiro, que vencem no próximo dia 20 e são referentes à competência de dezembro de 2022. Os novos valores passarão a ser aplicados apenas a partir da guia de pagamento que tem vencimento em 20 de fevereiro, referente à competência de janeiro. O salário mínimo de R\$ 1.320 foi aprovado pelo Congresso em dezembro. O novo valor, porém, ainda não foi oficializado por meio de medida provisória do novo governo.

Considerando esse piso, a contribuição do autônomo será de, no mínimo, R\$ 67. Para o transportador autônomo de cargas inscrito no programa, a contribuição fica entre R\$ 159,40 e R\$ 164,40. O microempreendedor com os pagamentos em dia garante acesso a benefícios previdenciários como aposentadoria por idade no valor do salário mínimo, pensão, auxílio-doença e aposentadoria por invalidez (caso fique incapacitado) e salário-maternidade.

Para ser MEI, o faturamento anual do trabalhador pode ser de até R\$81 mil por ano ou R\$ 6.750 por

mês, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O autônomo não pode ter participação em outra empresa como sócio ou titular nem mais do que um funcionário que receba o piso. No caso do MEI Caminhoneiro, o faturamento anual não pode ultrapassar R\$ 251,6 mil (sendo esse valor proporcional no ano de abertura), e o recolhimento de **INSS** é de 12% (R\$ 158,40, com o piso de R\$ 1.320).

Estar com as contribuições em dia é a principal obrigação de quem se registra como MEI, mesmo que não tenha faturamento ou que não emita nota fiscal com o CNPJ, segundo representantes do Sebrae. A guia de pagamento é chamada de Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) e tem vencimento até o dia 20 de cada mês. Quando a data cai em fim de semana ou feriado, o pagamento pode ser feito até o próximo dia útil, sem multas.

Se atrasar ou não pagar o DAS, o autônomo vai acumular dívida, com multa de 0,33% por dia de atraso, limitada a 20% do valor. No Portal do Empreendedor é possível gerar o boleto mensal, efetuar o pagamento (inclusive on-line), incluir o pagamento em débito automático e pedir parcelamento ou restituição.

CONTRIBUIÇÕES AO INSS As contribuições ao **INSS** também mudarão para os segurados que contribuem pelo piso nacional. Pagamentos feitos a partir de fevereiro, referentes à competência de janeiro, passam a ser calculados sobre o novo salário mínimo. Segurados que contribuem como facultativos ou autônomos sobre o piso terão novos valores, seja pela alíquota de 11% ou de 20%, também a partir da competência de janeiro. A contribuição de 11% do piso de autônomos que prestam serviços a pessoas físicas e contribuintes facultativos, que hoje é de R\$ 133,32, subirá para R\$ 145,20. Contribuições ao **INSS** feitas sobre o piso, mas com a alíquota de 20%, passarão de R\$ 242,40 para R\$ 264.

As donas de casa de baixa renda, por exemplo, contribuem com 5% do salário mínimo por mês. Em 2022, esse valor foi de R\$ 60,60 - no ano que vem, será de R\$ 66. O valor mínimo da parcela do seguro-desemprego também é igual a um salário mínimo, ou seja, R\$ 1.320.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/06/01/2023/p1>

Delírios no primeiro escalão (Editorial)

Os primeiros dias do novo mandato do presidente Lula da Silva têm sido marcados pela volta do debate de questões absolutamente anacrônicas e que, em vários casos, pareciam superadas na sociedade brasileira. O caso mais estupefaciente até aqui foi protagonizado pelo ministro da Previdência, Carlos Lupi, que defendeu a reversão da reforma da Previdência, aprovada em 2019. "É preciso discutir esse atraso, desrespeito, acinte à cidadania que foi feito com essa antirreforma da Previdência. É preciso ter coragem para discutir isso. É o trabalho da minha vida", afirmou Lupi ao tomar posse.

Ninguém pode se dizer surpreendido. Lupi é presidente do PDT, partido herdeiro do brizolismo, ideologia tacanha que sempre se posicionou radicalmente contra as reformas, sobretudo a da Previdência e a trabalhista. Recorde-se que Leonel Brizola, ele mesmo, chamou de "imoral" a reforma da Previdência promovida por Lula em seu primeiro mandato. Ou seja, quem colocou Lupi no Ministério da Previdência sabia - ou deveria saber - o que estava fazendo.

Sentindo-se à vontade, Lupi acrescentou que "a Previdência não é deficitária" e que ele provará isso "com números, dados e informações". Não se sabe bem de que fontes vieram os "números, dados e informações" mencionados por Lupi, pois a Previdência, no acumulado de 12 meses até novembro de 2022, registrou déficit de R\$ 262 bilhões - o rombo chega a R\$ 370,1 bilhões quando se inclui o regime dos servidores concursados e dos militares inativos e pensionistas. Mas é inútil discutir com quem escolheu deliberadamente negar a realidade.

Não há nenhum problema quando devotos de seitas políticas retrógradas como o brizolismo demonstram publicamente seus delírios. Mas há muitos problemas quando um desses devotos ocupa um cargo de destaque no primeiro escalão do governo, situação em que cada palavra dita por ele tem potencial de causar estragos, seja ao governo, seja ao País. Por esse motivo, horas depois da inacreditável declaração de Lupi, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, tratou de desmentir o colega, dizendo que "não há nenhuma proposta" de reversão da reforma da Previdência. Costa atribuiu o arroubo de Lupi ao "entusiasmo" com o início do novo governo: "As energias estão lá em cima".

Faria bem o governo se canalizasse essas energias não para a reversão de reformas e políticas que

fizeram e fazem muito bem ao País, como a da Previdência e a trabalhista, e sim para seu aprofundamento. O caso da Previdência, a propósito, é exemplar: quem tem um mínimo de bom senso sabe que, em breve, em razão do acelerado envelhecimento da população e da informalidade crônica do mercado de trabalho, outra reforma será necessária.

A Previdência representou 53,4% do total de despesas primárias em 2021, ou R\$ 767,8 bilhões, segundo o Tribunal de Contas da União. Desde 2017, os regimes de Previdência consomem mais da metade de todos os gastos do Executivo, dinâmica que, por óbvio, tem achatado os demais dispêndios públicos.

Em tempos de debates sobre a âncora fiscal que substituirá o teto de gastos, é importante lembrar que, não fossem as despesas previdenciárias, o País teria superávit primário. Entre 2011 e 2020, o déficit da Previdência aumentou, em média, 14,5% ao ano. Exatamente porque se trata de um sistema essencial para o País, a Previdência precisa ser sustentável no longo prazo.

O buraco da Previdência não é um acidente do destino. Para além da combinação entre subfinanciamento do sistema e o envelhecimento da população, muitas políticas públicas aumentaram as renúncias de receitas previdenciárias, como a desoneração da folha de pagamento e os regimes especiais para microempresendedores individuais e empresas enquadradas no Simples. Soluções para os dilemas presentes e futuros da **Previdência Social** passam, em primeiro lugar, por encarar a realidade como ela é, o que requer reformas que contenham seus gastos e ampliem sua arrecadação. Lamentavelmente, é o oposto do que o País tem feito nos últimos anos - e não será com delírios que o problema será solucionado.»

Reajuste do salário mínimo deve custar mais que o dobro do previsto, e governo avalia alternativas

Idiana Tomazelli

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) recebeu um alerta de que a elevação do salário mínimo dos atuais R\$ 1.302 para R\$ 1.320, como prometido logo após as eleições, pode ter um custo de R\$ 7,7 bilhões acima do previsto no Orçamento de 2023 -mais que o dobro do valor calculado inicialmente.

O ofício foi enviado à transição em dezembro pela equipe do então ministro Paulo Guedes (Economia), com base em cálculos feitos pelo corpo técnico da SOF (Secretaria de Orçamento Federal) -estrutura permanente do Poder Executivo e composta por servidores de carreira.

O aviso significa, na prática, que o novo governo pode precisar fazer um bloqueio nas demais despesas para conseguir remanejar recursos e bancar o aumento adicional do piso, uma das principais bandeiras de campanha do petista.

O bloqueio seria necessário porque a regra do teto de gastos, embora tenha mudanças já previstas, ainda está em vigor e precisa ser respeitada pelo governo na execução orçamentária.

Segundo interlocutores ouvidos pela Folha, a equipe econômica avalia alternativas para minimizar esse impacto, como a possibilidade de implementar o aumento do salário mínimo ao longo do ano -durante as discussões de campanha, chegou-se a cogitar a elevação em 1º de maio, Dia do Trabalho. Cada mês adicional sem o novo reajuste significa menor alta nas despesas.

O governo também deve levar em conta se alguma outra despesa terá redução na projeção para o ano e o número de atendidos pela Previdência. As despesas com benefícios do **INSS** são impactadas pelo valor do salário mínimo.

Por isso, a avaliação é de que é preciso primeiro ter clareza sobre os números para então tomar uma decisão final sobre o tema. Até agora, Lula não deu indicativos de quando pretende editar a MP (medida provisória) que fixará o novo mínimo.

A última medida, que instituiu o valor de R\$ 1.302, foi assinada pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL) nas últimas semanas de seu mandato.

O alerta foi enviado ao então coordenador da transição, vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), mas também chegou às mãos de integrantes da equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT). A SOF, por sua vez, é ligada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, comandado por Simone Tebet (MDB).

Procurada, a Fazenda não respondeu até a publicação deste texto. No Planejamento, a estrutura ainda não foi finalizada, e a ministra só deve se manifestar sobre assuntos da pasta a partir da semana que vem.

Antes mesmo de assumir, a equipe de Lula negociou com o Congresso uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para autorizar uma ampliação dos gastos em 2023, com o objetivo de manter políticas públicas em funcionamento e assegurar o pagamento mínimo de R\$ 600 para beneficiários do Auxílio Brasil.

No bojo da PEC, foi reservado um adicional de R\$ 6,8 bilhões para ampliar o salário mínimo até R\$ 1.320. A equipe da SOF estima que o impacto já estava subestimado em R\$ 216 milhões, caso consideradas as mesmas premissas e sem serem levados em conta outros fatores de aumento.

O maior problema, porém, é que alguns fatores impulsionaram os gastos vinculados ao salário mínimo na reta final de 2022. O principal deles foi a redução da fila do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), que permitiu maior número de concessões de aposentadorias e pensões.

Como parte da fila ainda persiste, os técnicos também assumiram um cenário de maior crescimento vegetativo da folha (a ampliação no número dos beneficiários considerando a diferença entre quem entra e quem sai) para 2023, tanto na Previdência quanto no BPC (Benefício Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

Esses dois fatores -aumento da base de beneficiários e perspectiva de crescimento maior da folha- gerariam uma fatura adicional de R\$ 14,9 bilhões, segundo os cálculos da SOF.

Por outro lado, a desaceleração da **inflação** no fim de 2022 atenuou parte desse impacto. O Orçamento considerou uma alta de 7,41% no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), índice de correção do salário mínimo e das aposentadorias, mas a projeção atualizada é de 5,81%. Na prática, é como se houvesse uma economia de R\$ 7,37 bilhões.

O saldo final dessa combinação de efeitos é o impacto de R\$ 7,7 bilhões.

A avaliação de interlocutores do novo governo é que algumas premissas adotadas pela SOF estão muito conservadoras, como a perspectiva de um crescimento vegetativo de 2,24% na folha da Previdência e de 5,78% na do BPC.

Segundo o ofício, esses percentuais levam em consideração o "nível mais recente observado" nas concessões de benefícios, diante da redução da fila.

No entanto, a análise dos técnicos é de que não necessariamente a continuidade da redução da fila do **INSS** levará a um aumento de pagamentos na mesma magnitude que o observado em 2022. Por isso há a tentativa de uma análise mais aprofundada dos números.

O valor futuro do piso tornou-se um dos pontos de embate entre as campanhas, sobretudo após a Folha revelar os planos de Guedes para afrouxar a correção obrigatória do salário mínimo pela **inflação**, abrindo a porta para uma redução do poder de compra real dos trabalhadores.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/01/reajuste-do-salario-minimo-deve-custar-mais-que-o-dobro-do-previsto-e-governo-avalia-alternativas.shtml>



Reajuste do salário mínimo deve custar mais que o dobro do previsto, e governo avalia alternativas

Proposta que prevê reajuste de 27% a menos do que em 2018 e 8,8% de mais em 2022

Milena Diniz/AGF

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está avaliando a possibilidade de reduzir o reajuste do salário mínimo em 2022 para 18,8% em vez dos 27% previstos. A medida é considerada uma alternativa para reduzir o impacto econômico da proposta de aumento de 27% em 2022, que pode custar mais que o dobro do previsto, segundo o governo.

O plano de contingência prevê um aumento de 18,8% em 2022, o mesmo valor previsto em 2018, e um aumento de 8,8% em 2023. O governo também está avaliando a possibilidade de reduzir o reajuste em 2023 para 5,5%, o mesmo valor previsto em 2019.

O plano de contingência prevê um aumento de 18,8% em 2022, o mesmo valor previsto em 2018, e um aumento de 8,8% em 2023. O governo também está avaliando a possibilidade de reduzir o reajuste em 2023 para 5,5%, o mesmo valor previsto em 2019.

O plano de contingência prevê um aumento de 18,8% em 2022, o mesmo valor previsto em 2018, e um aumento de 8,8% em 2023. O governo também está avaliando a possibilidade de reduzir o reajuste em 2023 para 5,5%, o mesmo valor previsto em 2019.

O plano de contingência prevê um aumento de 18,8% em 2022, o mesmo valor previsto em 2018, e um aumento de 8,8% em 2023. O governo também está avaliando a possibilidade de reduzir o reajuste em 2023 para 5,5%, o mesmo valor previsto em 2019.

O plano de contingência prevê um aumento de 18,8% em 2022, o mesmo valor previsto em 2018, e um aumento de 8,8% em 2023. O governo também está avaliando a possibilidade de reduzir o reajuste em 2023 para 5,5%, o mesmo valor previsto em 2019.

O plano de contingência prevê um aumento de 18,8% em 2022, o mesmo valor previsto em 2018, e um aumento de 8,8% em 2023. O governo também está avaliando a possibilidade de reduzir o reajuste em 2023 para 5,5%, o mesmo valor previsto em 2019.

O plano de contingência prevê um aumento de 18,8% em 2022, o mesmo valor previsto em 2018, e um aumento de 8,8% em 2023. O governo também está avaliando a possibilidade de reduzir o reajuste em 2023 para 5,5%, o mesmo valor previsto em 2019.

O plano de contingência prevê um aumento de 18,8% em 2022, o mesmo valor previsto em 2018, e um aumento de 8,8% em 2023. O governo também está avaliando a possibilidade de reduzir o reajuste em 2023 para 5,5%, o mesmo valor previsto em 2019.

O plano de contingência prevê um aumento de 18,8% em 2022, o mesmo valor previsto em 2018, e um aumento de 8,8% em 2023. O governo também está avaliando a possibilidade de reduzir o reajuste em 2023 para 5,5%, o mesmo valor previsto em 2019.

O plano de contingência prevê um aumento de 18,8% em 2022, o mesmo valor previsto em 2018, e um aumento de 8,8% em 2023. O governo também está avaliando a possibilidade de reduzir o reajuste em 2023 para 5,5%, o mesmo valor previsto em 2019.

O plano de contingência prevê um aumento de 18,8% em 2022, o mesmo valor previsto em 2018, e um aumento de 8,8% em 2023. O governo também está avaliando a possibilidade de reduzir o reajuste em 2023 para 5,5%, o mesmo valor previsto em 2019.

O plano de contingência prevê um aumento de 18,8% em 2022, o mesmo valor previsto em 2018, e um aumento de 8,8% em 2023. O governo também está avaliando a possibilidade de reduzir o reajuste em 2023 para 5,5%, o mesmo valor previsto em 2019.

O plano de contingência prevê um aumento de 18,8% em 2022, o mesmo valor previsto em 2018, e um aumento de 8,8% em 2023. O governo também está avaliando a possibilidade de reduzir o reajuste em 2023 para 5,5%, o mesmo valor previsto em 2019.

O plano de contingência prevê um aumento de 18,8% em 2022, o mesmo valor previsto em 2018, e um aumento de 8,8% em 2023. O governo também está avaliando a possibilidade de reduzir o reajuste em 2023 para 5,5%, o mesmo valor previsto em 2019.

O plano de contingência prevê um aumento de 18,8% em 2022, o mesmo valor previsto em 2018, e um aumento de 8,8% em 2023. O governo também está avaliando a possibilidade de reduzir o reajuste em 2023 para 5,5%, o mesmo valor previsto em 2019.

O plano de contingência prevê um aumento de 18,8% em 2022, o mesmo valor previsto em 2018, e um aumento de 8,8% em 2023. O governo também está avaliando a possibilidade de reduzir o reajuste em 2023 para 5,5%, o mesmo valor previsto em 2019.

O plano de contingência prevê um aumento de 18,8% em 2022, o mesmo valor previsto em 2018, e um aumento de 8,8% em 2023. O governo também está avaliando a possibilidade de reduzir o reajuste em 2023 para 5,5%, o mesmo valor previsto em 2019.

O plano de contingência prevê um aumento de 18,8% em 2022, o mesmo valor previsto em 2018, e um aumento de 8,8% em 2023. O governo também está avaliando a possibilidade de reduzir o reajuste em 2023 para 5,5%, o mesmo valor previsto em 2019.

O plano de contingência prevê um aumento de 18,8% em 2022, o mesmo valor previsto em 2018, e um aumento de 8,8% em 2023. O governo também está avaliando a possibilidade de reduzir o reajuste em 2023 para 5,5%, o mesmo valor previsto em 2019.

notícias relacionadas

Salário mínimo

Reajuste

Governo

Contingência

2022

2023

2018

2019

2020

2021

2022

2023

2024

2025

2026

2027

2028

2029

2030

2031

2032

2033

2034

2035

2036

2037

2038

2039

2040

2041

2042

2043

2044

2045

2046

2047

2048

2049

2050

UF	Partido	Nome	Partido	Nome	Partido
AC	PSD	Roberto Campos	PSD	Roberto Campos	PSD
AL	PSD	Roberto Campos	PSD	Roberto Campos	PSD
AP	PSD	Roberto Campos	PSD	Roberto Campos	PSD
BA	PSD	Roberto Campos	PSD	Roberto Campos	PSD
CE	PSD	Roberto Campos	PSD	Roberto Campos	PSD
DF	PSD	Roberto Campos	PSD	Roberto Campos	PSD
ES	PSD	Roberto Campos	PSD	Roberto Campos	PSD
GO	PSD	Roberto Campos	PSD	Roberto Campos	PSD
MA	PSD	Roberto Campos	PSD	Roberto Campos	PSD
MG	PSD	Roberto Campos	PSD	Roberto Campos	PSD
MS	PSD	Roberto Campos	PSD	Roberto Campos	PSD
MT	PSD	Roberto Campos	PSD	Roberto Campos	PSD
PA	PSD	Roberto Campos	PSD	Roberto Campos	PSD
PB	PSD	Roberto Campos	PSD	Roberto Campos	PSD
PE	PSD	Roberto Campos	PSD	Roberto Campos	PSD
PI	PSD	Roberto Campos	PSD	Roberto Campos	PSD
PB	PSD	Roberto Campos	PSD	Roberto Campos	PSD
PR	PSD	Roberto Campos	PSD	Roberto Campos	PSD
RN	PSD	Roberto Campos	PSD	Roberto Campos	PSD
RJ	PSD	Roberto Campos	PSD	Roberto Campos	PSD
RS	PSD	Roberto Campos	PSD	Roberto Campos	PSD
SC	PSD	Roberto Campos	PSD	Roberto Campos	PSD
SE	PSD	Roberto Campos	PSD	Roberto Campos	PSD
SP	PSD	Roberto Campos	PSD	Roberto Campos	PSD
TO	PSD	Roberto Campos	PSD	Roberto Campos	PSD

Saiba o que muda nos benefícios do INSS com o aumento do salário mínimo em 2023

Portal Correio

/
por

Portal Correio

O aumento de 8,91% no valor do salário mínimo, que passa de R\$ 1.212, em 2022, para R\$ 1.320, em 2023, terá reflexos não só na remuneração dos trabalhadores, mas também em benefícios como aposentadorias, pensões e outros que são pagos pelo **INSS**, além de seguro-desemprego, abono do PIS e Benefício da Prestação Continuada. A contribuição do **INSS**, da mesma forma, passará a ser paga pelo novo valor do mínimo. O aumento traz um aumento real (acima da **inflação**) de 2,7%. A informação é do R7.

O valor do benefício do abono salarial é ajustado automaticamente na data da publicação do novo salário mínimo. Os trabalhadores que recebem remuneração mensal de até dois salários mínimos têm direito a esse benefício, que pode chegar a um salário mínimo, dependendo do tempo de serviço no ano. O cálculo do valor do benefício corresponde ao número de meses trabalhados no ano-base multiplicado por 1/12 do valor do salário mínimo vigente na data do pagamento.

Para ter direito, o trabalhador precisa:

Quem pretende entrar com uma ação nos Juizados Especiais Cíveis também deve ficar atento ao valor da causa.

Os Juizados Especiais Cíveis têm como intuito resolver causas de menor complexidade com maior rapidez, buscando, sempre que possível, o acordo entre as partes.

São consideradas causas cíveis de menor complexidade aquelas cujo valor não exceda a 40 salários mínimos. Se o valor da causa for de até 20 salários mínimos, não há necessidade de representação por advogado. Mas se o valor da causa variar de 20 a 40 salários mínimos, a representação por advogado é obrigatória.

Em 2023, 20 salários mínimos correspondem a R\$

26.400 e 40 salários mínimos a R\$ 52.800.

No Juizado Especial Federal, o valor das causas pode alcançar até 60 salários mínimos, ou R\$ 79.200.

Os idosos com 65 anos ou mais e as pessoas com deficiência que recebem o Benefício da Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) também passam a receber R\$ 1.320 por mês. O BPC paga um salário mínimo como forma de amparo a pessoas que não recebam nenhum outro benefício do **INSS** e que não tenham meios de se sustentar sozinhas nem de ser sustentadas pela família.

Quem tem direito?

Para ter direito ao BPC é preciso ter 65 anos ou mais ou uma deficiência incapacitante para uma vida independente e para o trabalho. Essa incapacidade é avaliada pelo serviço social e pela perícia médica do **INSS**.

É preciso ainda comprovar ser realmente bastante pobre, pois para ter direito ao benefício a renda familiar deve ser de um quarto do salário mínimo per capita (ou R\$ 330, considerando o novo salário mínimo de R\$ 1.320). Desse modo, uma família de quatro pessoas precisa sobreviver com um salário mínimo para poder receber o BPC.

O valor mínimo dos benefícios pagos pelo **INSS**, como aposentadorias e pensões, será de R\$ 1.320. Cerca de 70% dos benefícios pagos pelo **INSS** correspondem a um salário mínimo. O reajuste dos benefícios acima de um salário mínimo (incluindo o reajuste do valor do teto) deve ser anunciado oficialmente após o IBGE divulgar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado de 2022. As contribuições ao **INSS** também passarão a ser calculadas sobre o novo salário mínimo. As contribuições partem de 5% sobre o valor do salário mínimo.

A parcela mínima do seguro-desemprego passa de R\$ 1.212 para R\$ 1.320. Tem direito ao benefício o trabalhador que foi mandado embora sem justa causa. Quem fizer acordo para ser demitido não tem direito ao benefício.

As parcelas com liberação até 10/01/2023 são calculadas de acordo com a tabela de 2022 e conseqüentemente com salário mínimo de 2022. Parcelas com liberação a partir de 11/01/2023 já terão como base o salário mínimo de 2023.

Site: <http://noticias.r7.com/cidades/portal-correio/saiba-o-que-muda-nos-beneficios-do-inss-com-o-aumento-do-salario-minimo-em-2023-06012023>

Ministro coloca servidor de carreira para dirigir o Carf

EDUARDO RODRIGUES BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, escolheu o auditor fiscal da Receita Carlos Higino Ribeiro de Alencar para presidir o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, última instância para recorrer de processos contra o Fisco antes que o caso seja levado à Justiça.

Graduado em Economia e Direito, Alencar foi ministro interino e secretário executivo da Controladoria-Geral da União (CGU), secretário executivo da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP) e ainda secretário de Transparência e Controle do Distrito Federal. Na **Receita Federal**, foi diretor, coordenador-geral e chefe de divisão, além de representar o órgão no Comitê de Monitoramento e Avaliação de Subsídios da União (CMAS).

Como mostrou o Estadão/ Broadcast, as contestações tributárias no âmbito do **Carf** estão na mira da equipe de Haddad, que busca receitas extras para reduzir o rombo primário estimado para este ano. Os técnicos do ministério apresentaram ao ministro uma estimativa de arrecadação de até R\$ 53,77 bilhões com um "incentivo extraordinário à redução da litigiosidade" no tribunal administrativo.

Outros R\$ 33,77 bilhões viriam de um "incentivo extraordinário à denúncia espontânea".

O governo ainda estima que é possível aumentar a arrecadação em até R\$ 72,55 bilhões com a reoneração de **impostos** e outras medidas tributárias. A maior delas viria da redução do aproveitamento de créditos do ICMS pelos contribuintes, com potencial de elevar as receitas federais em R\$ 30 bilhões. Outros R\$ 9,01 bilhões viriam do fim da desoneração de 35% do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) e outros R\$ 4,4 bilhões em reoneração do PIS/Cofins sobre receita financeira.

A equipe do ministério também prevê redução de despesas, com economia de R\$ 40 bilhões, dos quais R\$ 15 bilhões em gastos com a revisão de contratos e programas e outros R\$ 25 bilhões com uma autorização de execução inferior ao autorizado no Orçamento de 2023.

A equipe de Haddad ainda estimou que poderá usar

R\$ 23 bilhões de receitas do PIS/Pasep.

A PEC da Transição permite transformar em receitas primárias os recursos do extinto PIS/Pasep que não tenham sido sacados e estejam parados há mais de 20 anos.

Site: [file:///C:/Users/oem/Downloads/B01-B12%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/oem/Downloads/B01-B12%20(1).pdf)

Receita extra
Equipe de Haddad vê
potencial de arrecadar
até R\$ 87 bi com
mudanças no Carf

"Vai se informar primeiro", responde Haddad a jornalista sobre moeda única

O ministro Fernando Haddad (Fazenda) disse nesta quinta-feira (5) a um jornalista para "se informar primeiro" quando lhe foi perguntado, no Palácio do Planalto, sobre a possível criação de uma moeda única para o Mercosul.

"Que moeda única? Não existe moeda única, não existe essa proposta. Vai se informar primeiro", afirmou Haddad antes de deixar o local onde aconteceu a cerimônia de posse da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB).

O ministro foi procurado por meio da assessoria de imprensa para comentar a fala, mas não enviou uma resposta até a publicação deste texto.

A declaração foi dada dois dias depois de o embaixador da Argentina, Daniel Scioli, ter dito que conversou com Haddad sobre a criação de uma moeda comum (não única) para o bloco regional em reunião na sede da Fazenda.

Na ocasião, Scioli afirmou que o objetivo é fortalecer o bloco comercial e ampliar o vínculo entre os países da região e disse que cada país preservaria a sua própria divisa, sinalizando que estava descartada a criação de uma moeda única.

"Trabalharemos pela moeda em comum. Isso não significa que cada país não tenha a sua moeda, significa uma unidade para a integração e aumento de intercâmbio comercial em todo esse bloco regional. E, como disse o presidente Lula, fortalecer o Mercosul, ampliar a união latino-americana é muito importante", afirmou o embaixador.

Há uma diferença técnica entre os termos. A moeda comum seria usada em negociações comerciais entre os membros do bloco sul-americano, enquanto a moeda única substituiria a unidade monetária dos países que integram o grupo -isso significaria o Brasil abrir mão do real, por exemplo. A moeda única mais conhecida é o euro, divisa usada por países-membros da União Europeia.

Em 1º de abril de 2022, Haddad publicou um artigo na Folha, com o economista Gabriel Galípolo (atual secretário-executivo da Fazenda), defendendo a criação de uma moeda sul-americana.

No texto, a dupla sustentava que a moeda poderia "impulsionar o processo de integração regional, marcado pelo ritmo lento e por momentos de recuo, e fortalecer a soberania monetária dos países da América do Sul, que enfrentam limitações econômicas decorrentes da fragilidade internacional de suas moedas".

Após a conversa com Haddad, Scioli exaltou o compromisso do ministro, a quem se referiu como "uma pessoa que tem muita experiência".

Auditor fiscal vai comandar o **Carf**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), escolheu o auditor fiscal Carlos Higinio Ribeiro de Alencar para comandar o **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)**, tribunal administrativo que julga conflitos tributários entre a **Receita Federal** e os contribuintes. O **Carf** tem sido colocado pelo ministro como peça central na estratégia de recuperação de receitas para reduzir o déficit de R\$ 231 bilhões projetado para este ano.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50148>

Prates diz que vai se desligar de empresas do setor de petróleo

**João Pedro Pitombo e Leonardo Vieceli SALVADOR E
RIO DE JANEIRO**

Indicado por Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a presidência da Petrobras, o senador Jean Paul Prates (PT-RN) afirmou nesta quinta (5) que vai se desligar de empresas de consultoria e de extração de petróleo nas quais consta como sócio antes de assumir o cargo na estatal.

O senador aparece como sócio de pelo menos três empresas, de acordo com dados da **Receita Federal** e das Juntas Comerciais do Rio Grande do Norte e do Rio de Janeiro: a Carcará Petróleo, a Singleton Participações Imobiliárias e a Bioconsultants.

A indicação de Prates para o comando da Petrobras suscitou questionamentos sobre possíveis conflitos com a Lei das Estatais, legislação criada em 2016 para blindar empresas públicas de interesses políticos e econômicos.

A participação do senador em empresas do setor de petróleo será avaliada pelo Comitê de Elegibilidade da Petrobras, setor encarregado de apresentar um relatório sobre o currículo dos candidatos ao conselho de administração.

A Lei das Estatais veda a indicação para diretoria e conselhos de administração pessoas que tenham contrato ou parceria com empresa em período inferior a três anos antes da nomeação. Também proíbe a indicação de quem possa ter "qualquer forma de conflito de interesse" com a controladora da empresa.

Em nota, a Petrobras informou que nenhuma das três empresas nas quais Prates consta como sócio tem contratos firmados com estatal. E destacou que a indicação do senador será submetida aos procedimentos internos de governança para análise de integridade e elegibilidade.

A Carcará Petróleo, criada em 2000 para atuar no segmento de extração de petróleo e gás natural, chegou a participar de leilões de poços maduros da ANP (Agência Nacional do Petróleo), mas não obteve sucesso. Foi o caso, por exemplo, do leilão do bloco Morro do Barro, na Ilha de Itaparica (BA), que aconteceu em 2005.

O senador também é um dos sócios da Singleton Participações Imobiliárias, empresa aberta em 2008 como consultoria de gestão empresarial. A Singleton aparece na Receita como sócia da Carcará e da Bioconsultants.

A Bioconsultants, consultoria em recursos naturais e meio ambiente, consta como ativa na **Receita Federal**, mas teve uma fusão anunciada com a empresa CRN em 2015, dando origem à CRN-Bio.

Prates não aparece como sócio da CRN-Bio, que presta consultoria para estudos de impacto ambiental, arqueologia e geoprocessamento, principalmente em grandes projetos de energia eólica e solar.

Em nota, Prates informou que vai se desligar das empresas Carcará Petróleo e Bioconsultants. Vai se manter como sócio apenas da Singleton, companhia que faz a gestão de seus imóveis.

"Não há nenhuma necessidade legal ou de conformidade de ele se manter ou não como sócio desses empreendimentos. No entanto, como a transparência sempre foi um princípio defendido na vida pública de Jean Paul Prates, ele decidiu--se pelo desligamento da estrutura societária dessas empresas", disse sua assessoria.

O senador também já atuou na Expetro, consultoria da área de petróleo. A empresa está inoperante desde 2015, ano em que emitiu nota fiscal pela última vez, conforme a assessoria. O petista já deixou o seu quadro de sócios.

A Lei das Estatais tem sido obstáculo para indicações a cargos em diretorias e conselhos de estatais nos últimos anos. Em 2022, o governo Jair Bolsonaro chegou a indicar o consultor Adriano Pires para a Petrobras, mas ele desistiu do cargo.

À época, havia temor de conflito de interesses, o que poderia travar a nomeação. Pires atua no CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura), reconhecido por prestar serviços de consultoria em assuntos estratégicos para o setor de energia.

Segundo o advogado Bernardo Strobel Guimarães, doutor em direito do Estado e professor da PUCPR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná), há

trechos genéricos na legislação que abrem margem para interpretação em episódios como o de Prates.

"A existência ou não de conflito precisa ser ponderada no caso concreto. As empresas [do indicado] operam? A pessoa está de fato à frente delas? As estatais têm conselhos que avaliam as situações e verificam se existe ou não o conflito" diz Guimarães, que é autor de livro sobre a Lei das Estatais.

"A priori, você não consegue responder a isso pela simples participação, sem ponderar se a empresa está inativa ou não. É uma situação que precisa ser avaliada pelo comitê", acrescenta.

Para Ana Paula Ávila, coordenadora da área de compliance da Silveiro Advogados, o desligamento de Prates do quadro societário das empresas é um primeiro passo para contornar essa situação.

"Mas, veja bem, é só o primeiro [passo] porque as situações de conflito surgirão nas decisões do dia a dia, quando os interesses privados conflitam com os da empresa, ou no uso de informação privilegiada." Também há questionamentos sobre possíveis conflitos entre a Lei das Estatais e atuação política do senador, que disputou as eleições de 2020 e 2022. A lei veda a nomeação de pessoa que atuou, nos últimos três anos, em estrutura decisória de partido ou na organização de campanha eleitoral.

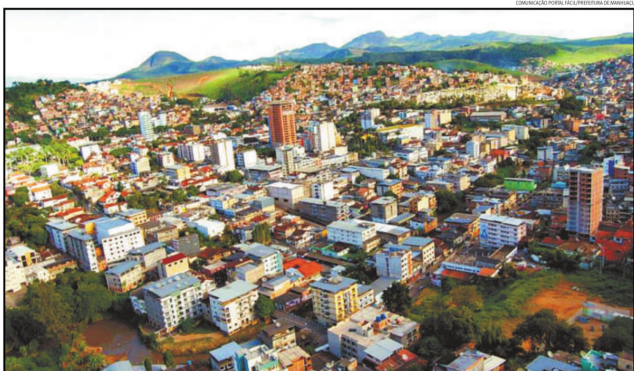
"Seria preciso estabelecer se ele é dirigente estatutário de partido político e em que medida ele 'trabalhou' na estruturação da sua campanha ao Senado ou se foi o próprio coordenador eleitoral, sendo necessário conhecer esta informação para confirmar possível vedação", afirma Ana Paula Ávila.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=501>

48

Cidades mineiras querem evitar perda de R\$ 375 mi



COMUNICAÇÃO PÚBLICA DA PREFEITURA DE MANHUAZU

Manhauçu, na Zona da Mata mineira, é uma das 85 cidades afetadas no estado pela mudança nos termos do FPM, o que causará perda de R\$ 4,3 milhões no orçamento do município



MARCOS VIBRA/INFORMA PRESS - 2/16/22

“

Para questionarmos o Censo, é preciso ser concluído o trabalho. Já a contestação ao TCU pode impedir perdas no FPM, uma vez que foi o tribunal que vetou a lei que garantiria o repasse sem impactos”

■ Marcos Vinícius Bizarro, presidente da AMM e prefeito de Coronel Fabriciano



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR - 7/11/11

Presidente da CNM, Paulo Ziulkoski diz que não há justificativa para alterar o coeficiente das cidades com base em dados parciais do Censo

Oitenta e cinco cidades mineiras podem amargar, juntas, rombo de R\$ 375 milhões na arrecadação prevista para este ano. Na última semana de 2022, o Tribunal de Contas da União (TCU) diminuiu o tamanho das cotas entregues a essas prefeituras por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O mecanismo é utilizado pela União para repassar, às localidades, as fatias que lhes cabem da arrecadação de **tributos** federais, como o Imposto de Renda.

Os cortes fazem com que prefeitos receiem prejuízos em investimentos destinados a áreas como saúde e educação. Para tentar barrar os prejuízos, os Executivos municipais mineiros afetados pelos novos índices começaram a preparar, ontem, uma série de contestações ao TCU. Paralelamente, ações na Justiça Federal também serão utilizadas na busca pela reversão do cenário. Os movimentos têm o aval da Associação Mineira de Municípios (AMM).

As cotas do FPM são norteadas pelos chamados coeficientes municipais. Em todo o Brasil, segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), cerca de 700 cidades vão ter os índices diminuídos e, por consequência, sofrerão cortes nos repasses. Para justificar a redução das cifras, o TCU se ampara na prévia do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados preliminares apontam diminuição da população das cidades - o que, para o TCU, justifica os cortes. Prefeitos mineiros ouvidos pelo Estado de Minas, porém, negam que o número de habitantes de suas cidades tenha caído.

Segundo a determinação do TCU, o coeficiente de Ubá, na Zona da Mata, vai cair 0,4 ponto. A retração significa perda de R\$ 8,6 milhões do bolo orçamentário do Fundo dos Municípios. A prefeitura costuma utilizar o repasse federal para assegurar o dispositivo contido na Constituição Federal que obriga os municípios a utilizarem 25% de suas receitas na educação e outros 15% em projetos de saúde.

Se a Procuradoria-Geral da cidade não obtiver êxito na reclamação junto à corte de Contas, a saída para garantir as verbas para saúde e educação será utilizar recursos de **tributos** municipais, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IP-TU). O prefeito Edson Teixeira Filho (União Brasil), porém, diz que o orçamento local é apertado. Portanto, se fontes como o IPTU tiverem de ser realocadas, haverá uma espécie

de efeito-cascata. "Logicamente, não vamos deixar a educação e a saúde (desamparadas). Com isso, temos de diminuir (recursos) em investimentos, (como) calçamento e manutenção. Infelizmente, isso pode acontecer" explica, ao EM.

A estimativa feita em 2021 pelo IBGE para nortear o FPM do ano passado atribuía 117,9 mil habitantes a Ubá. A prévia do Censo, porém, calcula a presença de 98,7 mil habitantes na cidade. "É lógico que isso (a diminuição populacional) não aconteceu. Quem conhece a cidade, como eu conheço muito bem, sabe que não é assim", protesta o prefeito.

Confeccionado pela AMM, o modelo de representação a ser enviado pelas cidades mineiras ao TCU se ampara em uma lei sancionada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O texto vigora há quatro anos e diz que, enquanto um novo censo demográfico não estiver pronto, os coeficientes do FPM devem ser os mesmos utilizados para basear os repasses feitos em 2018. A legislação não consta no parecer da corte de Contas.

Na visão de Marcos Vinícius Bizarro, presidente da AMM e prefeito de Coronel Fabriciano, no Vale do Aço, os dados que têm sido coletados pelos recenseadores do IBGE só podem valer a partir da versão de 2024 do FPM. "Um censo baseado em resultados parciais de contagem populacional é inadmissível", protesta. "Para questionarmos o Censo, é preciso ser concluído o trabalho. Já a contestação ao TCU pode impedir perdas no FPM, uma vez que foi o tribunal que vetou a lei que garantiria o repasse sem impactos", emenda.

SERVIÇO HOSPITALAR FICARA AMEAÇADO

Em Manhuaçu, outra cidade da Zona da Mata mineira, a mudança nos termos do Fundo de Participação dos Municípios representa perda de R\$ 4,3 milhões já neste ano. A prefeita Maria Imaculada Dutra Dornelas (sem partido) demonstra preocupação com a situação e diz que a diminuição dos valores afeta toda a programação orçamentária do Poder Executivo local.

Entre os temores de Imaculada está a possibilidade de precisar rever investimentos em saúde. "Hoje, ajudo o Hospital César Leite com R\$ 600 mil ao mês, para manter a urgência e a emergência. Não teria esse recurso para dar. Já causaria um impacto muito grande nos serviços do hospital".

Filantrópica, a casa de saúde é um dos principais espaços de acolhimento à população manhuaçuense. A estimativa de 2021 mostrou que, na cidade, viviam cerca de 92 mil pessoas. Agora, os responsáveis pelas preliminares do Censo falam em 88,7 mil. A fim de ajustar os cálculos a respeito da população, a

prefeitura colocou equipes de saúde, acostumadas a visitar as casas dos moradores, à disposição do IBGE. A ideia, assim, é apressar a contagem e evitar distorções nos números finais.

"Estamos atrás do IBGE, dando o maior apoio a eles, para a gente encontrar essas pessoas. É uma diferença de 3 mil habitantes (entre 2021 e 2022). É muita coisa; (são) 966 moradias", pontua. A prefeita de Manhuaçu diz que a máquina pública se programava, ainda, para quitar direitos adquiridos de servidores. Agora, por causa do impasse em torno do FPM, adotou compasso de espera. O ensino público também pode ser afetado. "Temos um planejamento para a educação em 2023. Teremos de mudá-lo todo", receia.

"Para questionarmos o Censo, é preciso ser concluído o trabalho. Já a contestação ao TCU pode impedir perdas no FPM, uma vez que foi o tribunal que vetou a lei que garantiria o repasse sem impactos"

Marcos Vinícius Bizarro, presidente da AMM e prefeito de Coronel Fabriciano

Prefeitos mantêm a esperança na Justiça

Apesar dos lamentos, políticos mineiros creem que a ida ao TCU e as ações judiciais podem evitar os prejuízos. A ideia é que as prefeituras procurem a Justiça Federal a partir da próxima semana. Segundo a Confederação Nacional de Municípios (CNM), apenas a Bahia, com 99 cidades, tem mais municípios afetados pela mudança do FPM do que Minas Gerais. Até 25 de dezembro, 83,9% da população brasileira havia sido recenseada.

Para Paulo Ziulkoski, presidente da CNM, o índice não é suficiente para justificar as alterações no coeficiente. "Um dos motivos para a demanda municipalista é a discrepância que pode ocorrer, neste momento, ao alterar o coeficiente com base em estimativas de um Censo parcial, uma vez que a coleta não é proporcional em todo território nacional, sendo mais avançada em algumas localidades do que em outras."

Em meio às dúvidas causadas pelo parecer, prefeitos creem que o TCU e a Justiça podem rever a situação. Para a prefeita Maria Imaculada Dutra Dornelas, de Manhuaçu, a lei expedida em 2019 é, justamente, a saída mais plausível. "Acho que o TCU vai levar (a contestação) em consideração. Vários municípios já entraram e ganharam", diz. "O município não pode ficar prejudicado. Não podemos ficar inertes, esperando que as coisas aconteçam. Temos de tomar as providências em nome da nossa população", alerta Edson Teixeira Filho, prefeito de Ubá.

O QUE DIZ O TCU Procurado pela reportagem, o Tribunal de Contas da União (TCU) afirmou se amparar em nota técnica emitida pela Secretaria de Macroavaliação Governamental da entidade. "Segundo recomendação técnica do IBGE, os dados de população obtidos pelo Censo constituem a melhor informação sobre a população de estados e municípios do país para o ano de 2022, por apresentarem um grau de acuidade maior do que aquela que poderia ser obtida por meio de estimativas", lê-se em trecho do documento.

O TCU prometeu avaliar as contestações que as prefeituras pretendem enviar. "Esses questionamentos serão analisados somente em relação ao cálculo, e não às estatísticas utilizadas, que são da competência do IBGE e, por definição legal, o TCU não possui qualquer ingerência", pontuou a assessoria de imprensa da corte.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/06/01/2023/p1>

Taxem os ricos! - ANDRÉ RONCAGLIA

ANDRÉ RONCAGLIA

Em seu discurso de posse no domingo (1º), o presidente Lula contrastou a fila do osso no açougue com a fila nas concessionárias de carros de luxo. Poucos dias antes, a Assembleia Legislativa de São Paulo decidiu reduzir de 4% para 1% o imposto sobre heranças no estado. Estes eventos reacenderam o debate sobre a injustiça social no país.

Desde as infames Leis dos Pobres na Inglaterra do século 19, foi longo e tortuoso o caminho para se impor um piso à pobreza, por meio de programas de proteção social. A tentativa de se impor um teto para a riqueza ganhou força com a pandemia. O maior número de bilionários contrastou com as centenas de milhares de famílias vitimadas pelo vírus. Esse contexto reforçou o apelo social de **impostos** sobre patrimônio dos mais ricos, em particular o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF).

Sistemas tributários com maior participação da arrecadação sobre patrimônio têm melhor desempenho econômico. Além disso, **impostos** sobre heranças e doações, sobre riqueza financeira e imobiliária elevam o grau de isonomia e a progressividade da tributação. Neste sentido, o IGF é um instrumento indispensável.

O estado da arte sobre o tema é apresentado no livro Progressividade Tributária e Crescimento Econômico, organizado por Manoel Pires (IBRE-FGV e UnB). A experiência internacional mostra limitado potencial arrecadatório em termos do **PIB**. As razões estão na base de incidência sobre uma camada muito restrita no topo da distribuição, mas também no mau desenho do imposto e no pouco esforço de fiscalização.

Em contexto de maior mobilidade de capitais e amplo acesso a paraísos fiscais, acredita-se que imposto afugenta a riqueza. Estudos mostram efeitos heterogêneos entre países, bem como há evidências de que este risco de fuga seja superestimado (home bias). De qualquer forma, a focalização nos ricos requer uma alíquota moderada para evitar distorções potenciais de alocação de recursos e comportamentos evasivos.

Além da capacidade de evasão, os grupos abastados têm grande influência sobre a opinião pública. A pressão política pode restringir a base de tributação (excluindo-se ativos e elevando o limite de isenção), reduzir a alíquota e a duração do tributo (taxar uma

única vez ou em contextos de calamidade).

Mesmo assim, vale a pena enfrentar o desafio. Por ser um tributo sobre riqueza líquida (ativos menos dívidas), pode-se elevar a progressividade no topo da distribuição. Em sua ausência, famílias com patrimônio elevado, mas renda baixa, podem ficar sub-tributadas em termos relativos. A digitalização é importante aliada na redução do custo administrativo em monitorar e fiscalizar a riqueza no topo.

O caso brasileiro exubera injustiça tributária e, por isso, oferece boas condições à aplicação do IGF. Os superricos pagam 5% de alíquota efetiva de IR sobre sua renda e têm quase R\$ 7 em cada R\$ 10 da sua renda anual isenta de **impostos**. A imagem piora ao subir a pirâmide. O 0,01% mais rico da população detém cerca de 20% da renda total do grupo. Neste grupo a isenção pode atingir 90% da renda pessoal.

A Constituição prevê a instituição do IGF no inciso VII do artigo 153. Desde 1989, mais de 40 projetos de lei foram apresentados ao Congresso Nacional para regulamentar o imposto. As propostas mais recentes propõem taxar fortunas acima de R\$ 20 milhões, com alíquotas que vão de 0,5% a 1%. As 220 mil pessoas afetadas pelo imposto representam 30% da riqueza declarada no IRPF.

Modulações de limites de isenção e de alíquota afetam o potencial de arrecadação. Uma proposta prevê isenção a patrimônios menores que R\$ 5 milhões e estima R\$ 40 bilhões (0,4% do **PIB**) em recolhimentos.

Por não ser uma bala de prata, o IGF deve integrar um arranjo mais amplo de tributação sobre patrimônio. Ao produzir maior progressividade, ele pode reduzir a injustiça tributária no Brasil. E isso já é um bom começo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50148>

Poupança tem retirada recorde em 2022

THAÍS BARCELLOS BRASÍLIA

A caderneta de poupança teve o pior resultado da história em 2022, em um cenário de endividamento recorde, juros em dois dígitos, **inflação** alta e renda comprimida.

A retirada líquida foi de R\$ 103,237 bilhões no ano passado, quase o dobro do saque registrado em todo ano de 2015 (-R\$ 53,567 bilhões), que até hoje era o ano mais negativo da série histórica do Banco Central, iniciada em 1995.

Em 2022, foram colocados na poupança R\$ 3,632 trilhões, enquanto R\$ 3,735 trilhões foram retirados.

Considerando o rendimento de R\$ 71,582 bilhões, o saldo total da caderneta somou R\$ 998,943 bilhões no fim do ano, contra 1,031 trilhão no ano anterior.

Em 2021, o resultado da caderneta já havia sido negativo, com retiradas líquidas de R\$ 35,497 bilhões, agora o quarto pior desempenho da história. Em 2020, por sua vez, houve recorde positivo, em meio ao auxílio emergencial e à maior tendência das famílias de guardarem dinheiro no início da pandemia de covid-19.

Considerando apenas o resultado de dezembro, a poupança registrou depósito líquido de R\$ 6,259 bilhões.

Site: [file:///C:/Users/oem/Downloads/B01-B12%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/oem/Downloads/B01-B12%20(1).pdf)

Pesquisa põe Brasil como líder em otimismo entre 36 países

Marcelo Osakabe De São Paulo

Em um ano que começa sob temores de recessão global, preocupações relativas à guerra e ao meio ambiente, o Brasil se destaca como a população com a confiança em alta. É o que mostra uma pesquisa promovida pelo instituto Ipsos: em 36 nações, o país lidera o ranking de confiança de que 2023 será melhor que o ano anterior.

De acordo com o levantamento, realizado entre o fim de outubro e o início de novembro, 85% dos brasileiros, ou oito em cada dez, disseram estar otimistas de que 2023 será melhor que 2022. No país, foram realizadas mil entrevistas.

O Brasil empata com o México nesse quesito, mas é o único país da amostra que viu subir o percentual de pessoas mais otimistas com o ano que começa - alta de três pontos percentuais, contra baixa de cinco pontos dos vizinhos latinos. Como resultado, o país galgou nove posições em relação ao último ranking, que tinha a China no topo. O gigante asiático caiu duas posições, com 83% dos chineses se dizendo otimistas - queda de 11 pontos percentuais.

Segundo o executivo-chefe da Ipsos no Brasil, Marcos Calliari, esse resultado, reflete, em parte, a confiança atual do brasileiro. Outro indicador do instituto, que mede a confiança de consumidores em 34 países, cresce ininterruptamente desde novembro de 2021 e alcançou, em dezembro, 52 pontos, o maior patamar em 60 meses. "Obviamente, a situação corrente influencia na percepção sobre o ano seguinte", diz.

Um segundo ponto é que o país acaba de passar por um ciclo eleitoral, e é natural que o otimismo cresça após eventos como esse. "Também na outra pesquisa, quando perguntamos se o entrevistado acredita que a economia está no rumo certo, o percentual dos que acreditam que sim no Brasil subiu seis pontos em apenas dois meses, algo nada trivial", comenta.

Ele pondera, no entanto, que algumas coisas precisam ser descontadas. Uma é o conhecido "viés otimista" do brasileiro, que faz com que o país sempre figure acima da média mundial em pesquisas do tipo. O segundo é o fato de que o período da pesquisa ainda era afetado por medidas com impacto mais pontual, como Auxílio Brasil de R\$ 600, ampliação do crédito consignado e

deflação causada pela desoneração dos combustíveis.

O restante do mundo inicia 2023 mais negativo, mostra o levantamento. A porcentagem dos que dizem esperar um ano melhor que anterior caiu de 77% para 65%, o menor patamar em dez anos. Entre os mais pessimistas, estão os japoneses, com 36%, e os belgas e franceses, ambos com 44%.

A confiança na economia também caiu ao patamar mais baixo em uma década. Para 46% dos entrevistados, ela será mais forte que a de 2022. No levantamento anterior, este número estava em 61%.

As pessoas passaram a **temer** mais que os preços em seus países cresceram de forma mais rápida que sua renda (79%, alta de quatro pontos percentuais) e também que os mercados acionários vão sofrer alguma queda brusca neste ano (50%, alta de 15 pontos).

Questionados sobre o desemprego, 68% disseram acreditar que ele irá subir em seus países neste ano. Para 74%, os juros também ficarão mais altos e, para 75%, a **inflação** também será maior. Nestes dois quesitos, o brasileiro também se destaca. O país é o lanterna entre os que preveem uma **inflação** e também um desemprego maior, com 50% e 41%, respectivamente.

Mas não é apenas a economia que aflige a população global.

Em relação ao cenário geopolítico e de segurança, o percentual de pessoas que dizem acreditar que uma arma nuclear possa ser usada em algum conflito no mundo cresceu 14 pontos percentuais, de 34% para 48% - em 25 países, esse percentual cresceu mais de dez pontos.

Já a parcela que disse acreditar que ataques de hackers estrangeiros possam prejudicar estruturas do governo subiu seis pontos, para 44%. Apenas 40% disseram acreditar que a guerra na Ucrânia vai acabar neste ano.

"É preciso levar em consideração que, no fim de 2021, todos acreditavam que o mundo ia melhorar. A expectativa era que a pandemia ia acabar, mas ela não acabou. E veio ainda a guerra da Ucrânia, que

afetou fortemente a confiança em algumas regiões, e a **inflação** voltou a ser problema em vários países", lembra Calliari.

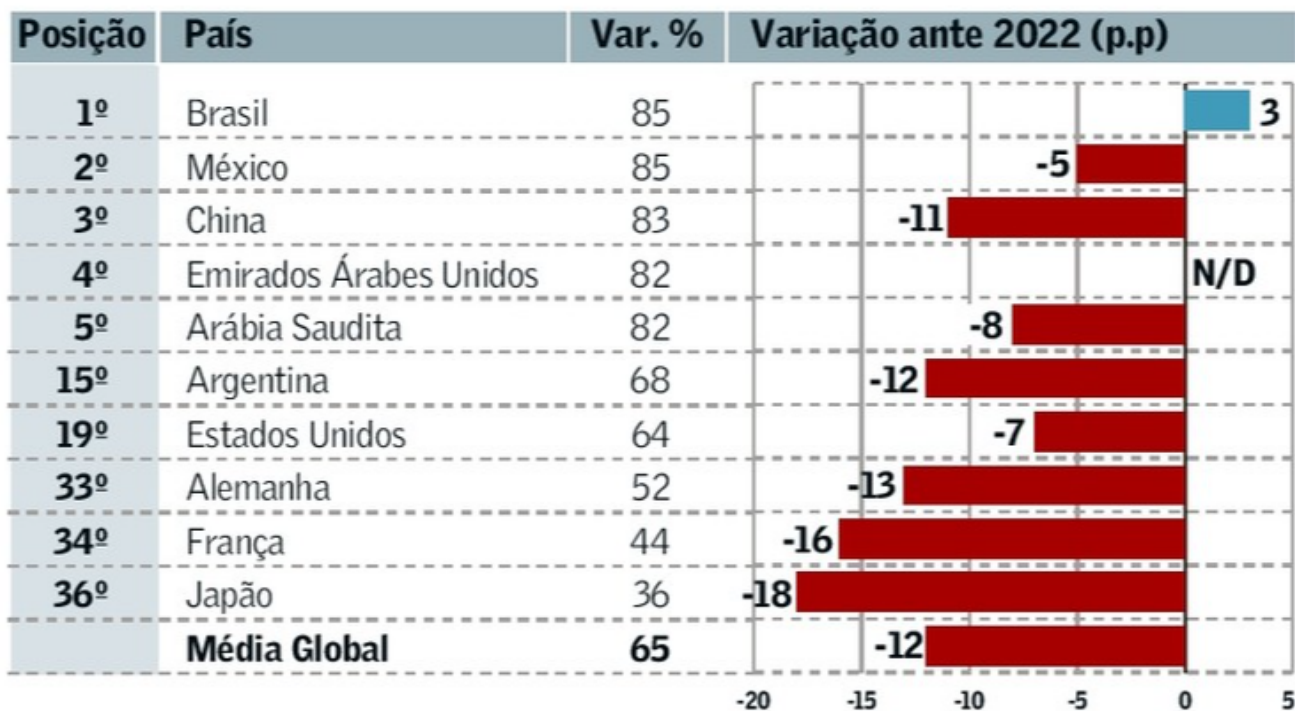
O pessimismo no mundo também cresceu quando o assunto é meio ambiente: 65% dos entrevistados disseram acreditar que seu país conviverá com mais eventos climáticos extremos neste ano, alta de cinco pontos percentuais. Nada menos que 57% acreditam que 2023 será o ano mais quente da história.

O levantamento da Ipsos entrevistou 24,4 mil pessoas em 36 países, com questionários feitos pela internet.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187426>

Mais otimismo

Brasil é o mais confiante de que 2023 será melhor que ano anterior



Fonte: Ipsos